



PAIS DESPREPARADOS, PUNIÇÕES MAIS SEVERAS E O EFEITO DOMINÓ

Distanciamentos e Sobreposições Entre
Público e Especialistas Brasileiros Quanto à
Violência e Seus Efeitos Sobre o
Desenvolvimento Infantil

Relatório De Pesquisa Do FrameWorks



*Elaborado para o Instituto FrameWorks por
Michael Baran, Julia Sauma e Paula Siqueira*

Novembro 2014

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
SUMÁRIO EXECUTIVO	5
EXPLICANDO A TEORIA DOS MODELOS CULTURAIS	11
MÉTODOS	12
RESULTADOS (A)	15
RESULTADOS (B)	25
MAPEAMENTO DOS DISTANCIAMENTOS E JUSTAPOSIÇÕES	45
CONCLUSÕES E ORIENTAÇÕES	49
APÊNDICE	53

INTRODUÇÃO

O presente estudo é parte de um projeto atualmente desenvolvido no Brasil pelo Instituto FrameWorks, cujos resultados incluem um primeiro relatório comparando os entendimentos do público e de pesquisadores brasileiros acerca do desenvolvimento na primeira infância¹. A gravidade do problema da violência no Brasil e as consequências perversas que ele engendra para o desenvolvimento infantil motivaram a complementação do projeto original, de maneira a fornecer mais um elemento para o trabalho já iniciado de tradução do conhecimento dos especialistas brasileiros, através da formulação de ferramentas que possam ser utilizadas pelo público e pelos agentes-chave do campo em questão. Tais ferramentas de tradução e comunicação, elaboradas a partir da pesquisa apresentada neste relatório e no anterior, pretendem estimular novas formas de se pensar a importância de haver mais e melhores políticas públicas que abordem diretamente as especificidades da violência no Brasil, especialmente aquelas que prejudicam o desenvolvimento infantil, de forma a criar um terreno fértil para suscitar o amplo apoio do público brasileiro às demandas específicas dessa faixa etária.

A pesquisa que fundamenta este trabalho vem sendo realizada com o apoio da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) e da Fundação Bernard van Leer (BVLf), e está inserida em uma parceria mais abrangente entre a FMCSV, a BVLf, o Center on the Developing Child da Harvard University, o David Rockefeller Center for Latin American Studies da Harvard University, a Faculdade de Medicina da USP e o INSPER. Em 2011, estas organizações se reuniram para fundar o Núcleo pela Primeira Infância (NCPI), cuja meta é justamente incentivar a criação de uma nova linguagem para comunicar a importância do desenvolvimento na primeira infância no Brasil e, assim, contribuir para a melhoria das políticas públicas brasileiras voltadas para essa faixa etária.

O presente relatório se apresenta, portanto, como uma adição ao trabalho já iniciado de tradução do conhecimento científico, que se dará no presente caso através da comparação entre a visão dos especialistas e do público brasileiro quanto às consequências da violência para o desenvolvimento infantil, utilizando a metodologia desenvolvida pelo Instituto FrameWorks (Washington-DC).

O Instituto FrameWorks há quinze anos vem conduzindo pesquisas empíricas de comunicação nos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Reino Unido, utilizando uma abordagem metodológica diversificada, intitulada Strategic Frame Analysis™, cujo objetivo é traduzir o conhecimento científico acerca do desenvolvimento na primeira infância, incluindo os efeitos da violência sobre o desenvolvimento infantil, para o público e formuladores de políticas públicas. Essas pesquisas produziram o que os pesquisadores do Instituto chamaram de “História Principal do Desenvolvimento na Primeira Infância”, um conjunto de dispositivos de comunicação com eficácia empiricamente comprovada para ampliar a compreensão das mensagens científicas e orientar a opinião pública a favorecer políticas públicas baseadas em pesquisas científicas sobre o tema².

O corpo deste trabalho está organizado na seguinte sequência. Primeiramente, apresentamos o Sumário Executivo do estudo, enfatizando os resultados mais relevantes. O relatório propriamente dito tem início com a apresentação do resumo da teoria sobre modelos culturais, cujas premissas sustentam esta pesquisa, seguido pela exposição dos métodos utilizados. Logo depois, descrevemos as mensagens dos especialistas sobre a violência no Brasil e seus efeitos sobre o desenvolvimento infantil, discorrendo também sobre os modelos culturais utilizados pelo público para pensar o mesmo assunto. Seguimos com a comparação entre os dois entendimentos, de modo a identificar os distanciamentos e justaposições entre um e outro, além de também apresentar as decorrências dessa comparação para o trabalho de comunicação do conhecimento científico sobre a violência e seus efeitos sobre o desenvolvimento infantil. Por fim, concluímos com a descrição das possíveis direções que uma futura pesquisa prescritiva poderá tomar, com o objetivo último de identificar as reformulações mais aptas a diminuir os distanciamentos existentes entre os entendimentos dos especialistas e do público brasileiro sobre um tema tão importante e urgente.

SUMÁRIO EXECUTIVO

AS MENSAGENS PRINCIPAIS DOS ESPECIALISTAS SOBRE VIOLÊNCIA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A análise das entrevistas com os especialistas revelou um conjunto de mensagens constituindo o núcleo principal das afirmações dos especialistas sobre a violência e seus efeitos para o desenvolvimento infantil, cujo resumo segue abaixo:

- *O que é a violência?*
A violência contra a criança segue as mesmas características da violência em geral no Brasil. É um fenômeno grave, persistente e disseminado. Dada a provável subnotificação dos tipos de violência que somente se tornam de conhecimento público em caso de denúncia, há fortes indícios de que os índices de violência contra a criança no Brasil sejam ainda maiores do que as já alarmantes estatísticas demonstram.
- *Por que a violência ocorre?*
Os diferentes tipos de violência contra a criança partilham em maior ou menor grau o mesmo conjunto de causas da violência em geral, que pode ser dividido entre causas sistêmicas - urbanização precária, desigualdade, tráfico de drogas, abuso de substâncias químicas, omissão das instituições e serviços públicos, além da ausência de prestação de contas sobre a eficácia da ação dos órgãos responsáveis (accountability) - e causas intersubjetivas - naturalização de modos agressivos de relacionamento como forma de resolução de problemas cotidianos e desrespeito da criança enquanto sujeito pleno.
- *Quais são os efeitos da violência?*
Através da disseminação de referenciais agressivos de relacionamento, a violência tende a se intensificar, seja dentro de uma mesma geração ou de uma geração para outra. Especificamente, a criança vítima de violência tem o seu desenvolvimento integral ameaçado, sofrendo potenciais prejuízos em sua saúde mental e em seu desenvolvimento cerebral, socioemocional e intelectual.
- *O que deve ser feito para diminuir a violência?*
Os especialistas indicaram uma série de soluções pragmáticas com efeitos em curto e longo prazo, dentre as quais destacam-se: a) elaborar políticas públicas baseadas em pesquisas sobre o modo de funcionamento específico da violência em cada região, visando a prevenção pragmática do fenômeno; b) colocar em rede os órgãos diretamente envolvidos no trabalho de proteção social; c) promover campanhas, práticas e ações institucionais que promovam a visão da criança como sujeito pleno; d) capacitar os profissionais envolvidos diretamente no trabalho com crianças.

MODELOS CULTURAIS DO PÚBLICO BRASILEIRO SOBRE VIOLÊNCIA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Nossa pesquisa revela que o público brasileiro se apoia em um conjunto complexo de modelos culturais - ou entendimentos implícitos compartilhados - para organizar seu entendimento sobre o que é a violência, por que ela ocorre, quais são seus efeitos e o que pode ser feito para combatê-la. Os modelos culturais descritos abaixo informam o discurso público sobre questões relacionadas à violência:

- *O que é a violência?*
Além dos exemplos mais visíveis de violência (homicídio, pedofilia, espancamento, entre outros), o público brasileiro identifica como violência uma série de elementos sutis, normalmente despercebidos, tais como a conexão entre negligência micro (familiar) e macrossocial (do Estado) e o problema da má convivência marcada pelo preconceito e pelo bullying. Porém, quando se trata de correções físicas em crianças (a “palmada”, ou os “tapinhas”), o público brasileiro ou não as considera como violência, ou as vê como um modo de educação legítimo e eficiente.
- *Por que a violência ocorre?*
Para o público brasileiro, a violência ocorre principalmente devido despreparo dos pais, à urbanização precária e à desigualdade social. Grande parte dos entrevistados também mencionou que a violência é causada pela permissividade das leis brasileiras, que para eles protegem o agressor e deixam as vítimas desamparadas.
- *Quais são os efeitos da violência?*
O público entende que a violência gera um efeito dominó, ou seja, que situações de violência ocorridas em determinado nível (por exemplo, dentro da família) podem desencadear efeitos violentos em outros níveis (na vizinhança, na sociedade, no Estado). Os entrevistados também afirmaram que a alta ocorrência de atos de violência tem resultado em relacionamentos marcados pela desconfiança generalizada, e que crianças vítimas de violência recorrente tendem a se “fechar” e, devido à redução de sua sociabilidade, podem ter seu potencial de aprendizado colocado em suspenso.
- *O que deve ser feito para diminuir a violência?*
O público menciona de forma enfática que os serviços públicos precisam ser melhorados e que os cidadãos devem ser mais ativos, porém não entra em detalhes sobre como isso pode ocorrer. Aponta também a necessidade de um sistema judicial mais efetivo, que aplique punições mais severas, de um lado, e ofereça tratamento psicológico ao agressor, do outro.

PRINCIPAIS DISTANCIAMENTOS

- 1. Causas:** O Descaso Social e Institucional versus Pais Despreparados. Embora o público brasileiro reconheça e elabore a seu modo a ideia dos especialistas de que a violência advém de causas socioestruturais, ele associa o fenômeno prioritariamente ao despreparo dos pais ou cuidadores.
- 2. Palmada:** Tipo de Violência versus Não é Violência. Os especialistas são enfáticos em afirmar que a palmada é um tipo de violência importante, que deve ser evitado. Já o público, por outro lado, não a considera uma violência, ou a vê como um recurso legítimo para assegurar a boa educação das crianças.
- 3. Percepção da Violência:** Pesquisa e Monitoramento versus Convivência. Os especialistas e o público tecem discursos complexos e detalhados sobre a violência no Brasil. Porém, o discurso do público se baseia no testemunho e, muitas vezes, sofrimento de múltiplos casos de violência, estando portanto marcado pela revolta e consequente desconfiança em relação a possíveis soluções. Por isso, não se evidencia entre o público uma demanda por objetividade e pragmatismo na reformulação de políticas públicas que, segundo os especialistas, deveriam ser continuamente remodeladas para lidar com os desafios apresentados em cada região.
- 4. Soluções:** Prevenção versus Prevenção e Punição. Enquanto os especialistas são unânimes em propor soluções pragmáticas, com ênfase na prevenção, o público ora aciona medidas preventivas, ora defende a existência de punições de natureza retaliativa aos agressores.
- 5. Soluções:** Específicas versus Vagas. Enquanto os especialistas propõem medidas elaboradas especificamente para cada tipo de violência, o público propõe soluções vagas reunidas sob a rubrica “melhoria dos serviços públicos”. Embora forte, trata-se de uma demanda difusa e, por essa razão, a necessidade específica de políticas públicas baseadas em pesquisas não é espontaneamente aventada, sendo até mesmo preterida por soluções imediatistas como punições mais severas.
- 6. O efeito da violência psicológica em bebês:** Prejudicial versus Esse não é o Período mais Importante. Enquanto os especialistas entendem e explicam como todas as formas de violência (psicológica ou física) podem afetar o desenvolvimento do bebê, o público desconhece tal mecanismo, o que pode levar a uma desconsideração dos danos perversos causados por situações de estresse tóxico aos desenvolvimentos cognitivo-cerebral e socioemocional dos bebês.

JUSTAPOSIÇÕES

- 1. O cenário é assustador.** Tanto os especialistas quanto o público descrevem a violência como um fenômeno bastante grave e disseminado, com características alarmantes.
- 2. Vários tipos de violência no Brasil são invisibilizadas.** Público e especialistas percebem a existência, a força e a gravidade dos tipos de violência - tais como a violência doméstica, a omissão institucional, o preconceito - que não são facilmente publicizados, por ocorrerem de forma silenciosa ou dependerem de denúncia para ser contabilizados.
- 3. A relação entre violência e pobreza é complexa.** Para os especialistas e para o público, as causas da violência estão mais atreladas à desigualdade social, à urbanização precária, à negligência pública, e menos à pobreza em si.
- 4. Devido aos problemas de desigualdade social e urbanização precária, o tráfico de drogas se torna atraente para crianças e adolescentes.** Tanto o público como os especialistas percebem o tráfico de drogas principalmente como resultado da desigualdade e da urbanização precária, tornando-se atrativo para crianças e jovens diante da falta de oportunidades de educação e emprego.
- 5. A violência gera mais violência.** Público e especialistas formulam a ideia de que a influência de um ato violento extrapola a situação particular em que ele ocorre. Para os especialistas, atos violentos geram referenciais agressivos de relacionamento que podem ser disseminados. Para o público, trata-se de um efeito dominó, em que a vítima de violência pode se tornar uma agressora quando ela “desconta” a violência sofrida.
- 6. O desenvolvimento da criança é prejudicado pela violência recorrente.** Os especialistas afirmam que uma criança vítima de violência pode ter seu desenvolvimento integral comprometido. Ainda que os entrevistados desconheçam o mecanismo através do qual a violência prejudica o desenvolvimento cerebral, eles afirmam enfaticamente que a criança vítima de violência recorrente tem seu potencial de aprendizagem colocado em suspenso e o seu desenvolvimento socioemocional prejudicado.
- 7. Mudanças institucionais são importantes.** Tanto o público como os especialistas afirmam que as mudanças institucionais são uma forma de criar e impulsionar melhorias duradouras que reduzam os alarmantes índices de violência no Brasil.

RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

É Recomendado:

1. Empregar o modelo cultural *Negligência Micro e Macrossocial* para comunicar o perigo contido nas formas mais sutis de violência.
2. Usar o modelo cultural *Má Convivência* para explicar como os relacionamentos problemáticos podem afetar não só as habilidades socioemocionais, mas também as cognitivas.
3. Usar o modelo *Pais Despreparados* para abordar a importância de se garantir políticas públicas que fortaleçam e disseminem técnicas de parentagem.
4. Usar exemplos concretos referentes aos modelos *A Desigualdade Causa a Violência* e *A Urbanização Precária* para fortalecer o entendimento sobre as causas da violência e as ações mais eficazes para preveni-la.
5. Empregar o modelo *Efeito Dominó* para enfatizar a urgência de haver políticas públicas para reduzir a violência contra as crianças.
6. Usar o modelo *Crianças Fechadas* para enfatizar os efeitos nefastos da violência para o desenvolvimento infantil.
7. Utilizar o modelo *Melhoria dos Serviços Públicos*, desde que em conjunto com exemplos de ações específicas, para colocar em primeiro plano os mecanismos de funcionamento de tais serviços.
8. Empregar o modelo *Sistema Judicial Mais Efetivo*, oferecendo exemplos de políticas públicas práticas e realistas, de forma a não transmitir um sentimento de impotência.
9. Trazer o modelo *Tratamento Psicológico para Reabilitação* para o primeiro plano.

Evitar:

1. Restringir-se a debates sobre se a “palmada” é ou não uma boa alternativa. Em vez disso, buscar enfatizar os fatores positivos contidos no bom relacionamento entre as crianças e seus pais (ou adultos de modo geral).
2. Empregar o modelo *Pais Despreparados* colocando a culpa na conduta específica de determinados pais.

3. O modelo cultural *Leis Permissivas*, pois ele pode desviar a atenção de outros modelos que abordam aspectos estruturais mais críticos.
4. O modelo cultural *Responsabilidade dos Cidadãos Ativos*, que pode desviar o foco de soluções que visem a coletividade dos cidadãos brasileiros.
5. O modelo *Punições mais Severas para Contenção ou como Retaliação*, pois ativa a ideia de que é necessário um tratamento mais duro para com os agressores, ao invés de promover uma perspectiva de prevenção e de segurança pública.

EXPLICANDO A TEORIA DOS MODELOS CULTURAIS

Abaixo, apresentamos alguns dos conceitos da Teoria dos Modelos Culturais, importantes para entender o método utilizado no presente levantamento³.

O que significa modelo cultural?

Um modelo cultural é um sistema de associações, proposições e suposições frequentemente utilizado pelos membros de um grupo cultural para organizar e conferir sentido às suas experiências e às informações que recebem. Os modelos culturais permitem, portanto, que as pessoas interpretem uma variedade de informações de modo aparentemente natural e espontâneo⁴. De acordo com pesquisas da antropologia cognitiva, citadas ao longo deste relatório, tais entendimentos compartilhados são implícitos, ou melhor, suas referências não são usualmente questionadas (ver Quinn, 2005⁵).

Como os modelos culturais funcionam?

Segundo pesquisas na área da antropologia cognitiva, os modelos culturais não só funcionam de uma maneira compartilhada como são privilegiadamente colocados em prática quando as pessoas se envolvem em atividades cognitivas, tais como narrar um evento, explicar algo ou “raciocinar”⁶. É justamente por terem uma natureza compartilhada que as pessoas pertencentes a um mesmo grupo cultural passam a entender como certos e naturais os modelos tacitamente compreendidos por todos⁷.

É também importante observar que o acionamento de um determinado modelo cultural é contingente e varia de acordo com a especificidade do contexto em questão. Dessa forma, o discurso de uma pessoa pode, em diferentes momentos, evidenciar múltiplos e aparentemente contraditórios modos de pensar uma mesma questão. Isso ocorre porque diferentes modelos são ativados em diferentes contextos de conversa e de raciocínio.

MÉTODOS

IDENTIFICANDO AS MENSAGENS PRINCIPAIS DOS ESPECIALISTAS SOBRE VIOLÊNCIA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Para identificar as principais mensagens dos especialistas, nós realizamos e analisamos oito entrevistas com pesquisadores brasileiros sobre violência e desenvolvimento infantil, provenientes de diferentes áreas. Uma vez que os entrevistados ressaltam e lamentam o fato de ainda não haver no Brasil uma quantidade substancial de pesquisas sobre as causas e efeitos micro e macrossociais da violência contra a criança, recorreremos também a especialistas que tratam da violência de maneira ampla. Dessa maneira, as mensagens foram identificadas e redigidas de forma a retratar o conhecimento científico atual sobre a violência no Brasil, ou seja, abordamos tanto as características gerais da violência brasileira quanto as características específicas da violência contra a criança, relacionando ambas quando possível. Observe-se que a presente análise foi complementada pela análise de outras 20 entrevistas, conduzidas junto a especialistas de diferentes áreas, sobre desenvolvimento na primeira infância. Tais entrevistas foram realizadas durante nosso primeiro estudo, conforme mencionado acima⁸.

Os grupos de especialistas foram identifiados de diversas maneiras: primeiro, por meio de indicações de profissionais que já trabalham com a FMCSV; em seguida, por meio de consulta aos diretórios de pesquisa do CNPq e aos departamentos acadêmicos das universidades brasileiras; por fim, aplicou-se a técnica de amostragem tipo “bola de neve”, que consiste na recomendação de outros especialistas pelos próprios entrevistados. As entrevistas foram conduzidas por telefone por duas antropólogas brasileiras e tiveram duração de aproximadamente uma hora e meia cada uma. Todas foram gravadas e transcritas, com a permissão dos entrevistados, e depois analisadas com o intuito de extrair um conjunto consensual de conhecimento que abordasse as respostas de cada disciplina a perguntas-chave, como “Quais são as causas principais da violência no Brasil?”, “O Brasil é um lugar especialmente violento?”, “O que pode ser feito para reduzir a violência no Brasil?”, entre outras.

IDENTIFICANDO OS MODELOS CULTURAIS DO PÚBLICO SOBRE A VIOLÊNCIA E SEUS EFEITOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Para identificar os modelos culturais usados pelo público brasileiro, realizamos 16 entrevistas em grandes cidades de quatro estados brasileiros (Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Rio de Janeiro), durante os primeiros semestres de 2012 e 2013. A escolha das cidades se deu segundo os critérios de variação regional, tamanho da população, etnicidade e migração, visando obter uma amostra com certa representatividade nacional. Além disso, levamos em consideração as cidades onde já havíamos realizado entrevistas sobre desenvolvimento na primeira infância (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre e Manaus), de modo a escolher municípios que complementassem a amostra inicial.

Os entrevistados foram selecionados por uma empresa especializada em recrutamento para pesquisas de marketing, observando os critérios de etnicidade, gênero, idade, escolaridade, preferência partidária (autodeclaração), nível socioeconômico e estado civil (casados e solteiros, com e sem filhos).

A amostra incluiu 50% de homens e 50% de mulheres. 25% dos entrevistados tinham mais de 45 anos de idade, 25% tinham entre 35 e 44 anos, 25% entre 25 e 34 anos e 25% entre 18 e 24 anos. Em relação à classe socioeconômica (A-D, segundo os critérios de estratificação de consumo da ABEP), a amostra teve 25% de pertencentes à Classe A, 25% à Classe B, 25% à Classe C, e 25% pertenciam às Classes D e E. 31,2% dos entrevistados eram solteiros, 25% eram casados, 25% separados ou divorciados, e 18,8% eram viúvos. 56,2% afirmaram ter filhos, enquanto 43,8% afirmaram não ter. Também buscamos representar a diversidade religiosa (25% dos entrevistados se declararam Evangélicos, 18,8% Católicos, 18,8% Espíritas, 12,5% do Candomblé, 6,2% Ateus, 6,2% Budistas e 12,5% sem religião) e racial ou de cor (37,5% se declararam de cor preta, 25% de cor branca, 18,8% de cor parda, 12,5% indígena, 6,3% oriental). Por fim, em relação à preferência partidária, 25% declararam apoiar o PT, 18,8% o PMDB, 12,4% o PSDB, 12,4% o PV, 6,3% o PSOL, 6,3% o DEM, 6,3% o PR, e 12,5% declararam não ter preferência partidária.

Entrevistas: Os participantes participaram de entrevistas individuais semiestruturadas, que foram gravadas, com uma duração média de duas horas. O roteiro dessas entrevistas foi desenhado com o intuito de pesquisar como os entrevistados pensam e falam sobre certos tópicos. Através de perguntas como “Qual é o efeito da violência?”, “O que é a violência?”, “Por que a violência ocorre?” e “O que pode ser feito para diminuir a violência no Brasil?”, buscamos identificar os modelos culturais utilizados para conferir significado a esses tópicos. Para tanto, considerou-se essencial que os entrevistados tivessem liberdade e tempo suficientes para conduzir suas respostas como desejassem. Dessa forma, o mesmo conjunto de tópicos esteve presente em todas as entrevistas, porém a ordem seguida foi alterada de acordo com a elaboração específica de cada entrevistado (ver o anexo para mais informações sobre como as entrevistas foram realizadas).

Análise: Técnicas de análise provenientes da antropologia cognitiva e linguística foram adaptadas para examinar como os entrevistados compreendem os tópicos relacionados à violência e seus efeitos sobre o desenvolvimento infantil. Primeiro, foram identificadas as tendências discursivas, ou as formas comuns e padronizadas de falar. Em seguida, buscamos os pressupostos organizacionais, os relacionamentos, os encadeamentos lógicos e as conexões comuns implícitas em cada transcrição, bem como na amostra. Em outras palavras, identificamos as tendências presentes tanto naquilo que foi declarado (como os temas foram relacionados, explicados e compreendidos) quanto naquilo que não o foi (os pressupostos). Em muitos casos, revelou-se a utilização de modelos aparentemente contraditórios para abordar um mesmo assunto. Essa é uma característica normal da cognição, mesmo quando se atribui um peso maior a um dos modelos em questão. Os pesquisadores do FrameWorks usam os conceitos de modelos primários

(ou dominantes) e recessivos para descrever as diferenças de atribuição de peso cognitivo a modelos contraditórios.

RESULTADOS (A)

AS MENSAGENS PRINCIPAIS DOS ESPECIALISTAS SOBRE VIOLÊNCIA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Um conjunto de tópicos mais relevantes para a nossa compreensão desse tema no Brasil se sobressaiu durante as entrevistas com os especialistas, organizado nas mensagens principais descritas abaixo de acordo com as seguintes perguntas: (1) “O que é a violência?”, (2) “Por que a violência ocorre?”, (3) “Quais são os efeitos da violência?” e (4) “O que deve ser feito para diminuir a violência?”.

1. O QUE É A VIOLÊNCIA?

a) A violência no Brasil é um fenômeno grave, elevado, persistente e disseminado.

Há muito tempo o Brasil vem apresentando índices de violência altíssimos - a ponto de ter sua taxa de homicídios comparada à de países em estado de guerra -, o que leva vários dos especialistas a caracterizarem a violência brasileira como uma epidemia. Os pesquisadores mencionaram ainda que políticas públicas elaboradas sob medida para combater a violência em algumas grandes cidades brasileiras (como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife) contribuíram para uma redução considerável das taxas de homicídio locais nos últimos dez anos. Contudo, ao longo do mesmo período, inúmeras outras cidades brasileiras têm vivido uma experiência oposta, algumas registrando aumento de mais de 100% no número de homicídios, o que vem resultando na manutenção dos altos índices de homicídios em âmbito nacional.

Para além do homicídio, os pesquisadores enfatizaram que os mais diversos tipos de violência estão disseminados entre diferentes ambientes - escolas, ruas, trânsito, casas, vizinhança - e envolvem diferentes atores sociais - famílias, crianças, homens, mulheres, colegas de trabalho, vizinhos etc. -, confirmando que a violência no Brasil assume características de um quadro epidêmico. Sua abordagem é considerada pelos especialistas particularmente desafiadora, pois requer políticas públicas contínuas e formuladas especificamente para lidar com a complexidade que o fenômeno vem apresentando.

b) Tudo indica que a violência no Brasil é ainda pior do que os já alarmantes índices demonstram.

Segundo os especialistas, os tipos de violência que não são tão visíveis ou que são de difícil quantificação - por exemplo, a violência doméstica, a violência contra crianças e

a violência sexual - podem ocorrer com mais frequência do que os casos de homicídio, porém tal afirmação ainda não pôde ser verificada devido à insuficiência de dados estatísticos. Isso ocorre porque os agentes públicos são obrigados por lei a notificar os casos de homicídio, ao passo que os demais tipos de violência citados só vêm a público quando surge uma denúncia. Enquanto alguns pesquisadores consideram que houve um avanço na divulgação desses tipos mais silenciosos de violência, outros afirmam que tal avanço foi insuficiente para surtir um impacto considerável, ou declaram não ter havido avanço algum.

Os especialistas afirmam também que a redução da violência facilmente quantificável não necessariamente implica uma diminuição da violência silenciosa. Além disso, estes tipos de violência silenciosa não dependem de nenhuma variável específica (sua redução não acompanha o aumento da renda, por exemplo), ou seja, eles possuem uma dinâmica própria. Por isso é necessário estudá-los com maior profundidade e desenvolver ações sob medida para combater com eficiência os seus modos específicos de funcionamento.

c) Os tipos de violência mais comuns contra a criança são: violência intrafamiliar, violência institucional e sistêmica, violência urbana e violência simbólica e/ou psicológica.

Os especialistas afirmam que a violência contra a criança também está disseminada e se manifesta de diversas formas, classificadas em quatro categorias: a violência intrafamiliar (a palmada, o abuso, a negligência, o abandono e o espancamento são os exemplos mais comuns); a violência institucional (como a omissão do poder público, a má qualidade das escolas, a falta de capacitação dos profissionais diretamente envolvidos, entre outros); a violência urbana (a vulnerabilidade de crianças negligenciadas e mais suscetíveis à cooptação por facções criminosas, a falta de espaços específicos para as crianças nos meios urbanos, o alto índice de mortes no trânsito, entre outros); e a violência simbólica e/ou psicológica (cujos exemplos incluem o bullying, o preconceito e a não regulamentação da influência exercida pelos meios de comunicação sobre as crianças).

Ressaltamos que a classificação da violência contra a criança no Brasil é bastante ampla, pois inclui não somente os atos violentos individuais, mas também as questões estruturais, tais como planejamento urbano e má qualidade escolar. Por fim, os especialistas enfatizam que esse cenário é ainda mais alarmante porque a violência contra crianças é frequente também nos ambientes onde elas deveriam estar mais protegidas, isto é, dentro de casa e nas escolas.

d) A palmada é violência.

Para os especialistas a palmada não é um tipo brando de violência. Ao contrário, ela causa efeitos colaterais problemáticos e não necessariamente ensina o que a criança deve fazer, já que ela na realidade vai “aprender a temer o agressor, a fugir do agressor, ou a mentir para se esquivar do agressor”, ou seja, para os pesquisadores, a palmada não oferece uma solução educativa realmente eficaz.

Os especialistas são sensíveis ao fato de ser trabalhoso lidar com o comportamento por vezes difícil das crianças pequenas através da “educação relacional dialógica”. Por isso, defendem que sua prática efetiva depende de uma abordagem contínua que contemple a capacitação de pais e profissionais, além da ampla divulgação dos benefícios futuros para a criança quando ela tem uma educação que prescinde de correções físicas.

2. POR QUE A VIOLÊNCIA OCORRE?

Os pesquisadores apontaram a interdependência dos diferentes tipos de violência identificados acima, indicando que a violência intrafamiliar está totalmente atrelada à violência urbana, simbólica e/ou psicológica que, por sua vez, está ligada à violência sistêmica/institucional. Tais vínculos fazem com que os diferentes tipos de violência compartilhem, em maior ou menor grau, as causalidades apresentadas abaixo.

Para os especialistas, mesmo que a violência no Brasil contenha muitas características que apontem para sua cronicidade (ou seja, mesmo que ela seja herança de um passado violento, mesmo que esteja incorporada aos relacionamentos e mesmo que independa de uma variável específica, replicando-se em múltiplos setores - famílias, instituições e relações intersubjetivas), é preciso ter cuidado para não transmitir a ideia de que soluções são inalcançáveis. Pelo contrário, é necessário abordar as diferentes formas de violência com ainda mais atenção e dedicação.

a) A violência contra crianças aumenta porque os adultos não as tratam como sujeitos plenos.

Os especialistas identificam que a ausência de relacionamentos dialógicos entre adultos e crianças, bem como de vínculos emocionais de qualidade, são situações violentas causadas, em parte, por não se levar a sério os pensamentos e sentimentos da criança. Portanto, para os especialistas, a perspectiva da criança pode ser discordante e independente da dos adultos (notadamente, quando se considera a opinião das crianças sobre a violência sofrida por elas dentro ou fora de casa). Assim, conforme pesquisa recente realizadas em diferentes estados brasileiros, enquanto o público brasileiro adulto não percebe a palmada como um ato violento, ou identifica a correção física como uma violência justificável, as próprias crianças apresentam uma avaliação diferente, considerando qualquer espécie de palmada ou tapa como um tipo de violência. De acordo com a visão dos especialistas, ações violentas contra a criança –

como espancamento, abuso sexual e negligência – são em parte fruto da exacerbação do desrespeito dos adultos pelas crianças, que não são vistas como sujeitos plenos.

Os especialistas observam ainda que também deve ser considerada uma forma de negligência o fato de as crianças raramente figurarem como entrevistadas em pesquisas acadêmicas e/ou para a formulação de políticas públicas. É como se a criança devesse primeiro “absorver os valores adultos” para depois ter a sua opinião levada em conta. Entretanto, na especificidade de sua caracterização de infante, sua voz não é tida como relevante o suficiente. Os especialistas indicam, portanto, que a ausência da participação de crianças na formulação das políticas que as afetarão configura-se como um desserviço para a melhoria dos índices de violência infantil.

b) A urbanização precária e a desigualdade social causam relações sociais problemáticas e modos agressivos de relacionamento.

Vários especialistas chamam a atenção para o fato de a violência não estar necessariamente ligada à pobreza, mas sim à desigualdade social extrema. Assim, principalmente em aglomerados urbanos, lugares fortemente marcados pela falta de acesso a empregos e a serviços públicos de qualidade convive com “bolsões” de riqueza e bem-estar, o que potencialmente leva à intensificação de conflitos entre os diversos segmentos da população. Além disso, a sensação de insegurança e o uso de violência psicológica ou física (sutil ou evidente) engendram problemas mentais para todos os envolvidos, problemas estes verificados tanto em relação à violência mais facilmente quantificável (a que resulta em morte, por exemplo) quanto nas relações intersubjetivas, coletivas e institucionais, em que há falta de reconhecimento do outro como sujeito pleno. Tal afirmação é corroborada principalmente pelas pesquisas que relacionam a precarização das condições de vida com a corrosão da autoestima, em que se verifica a ideia de que uma pessoa socializada em uma situação de desrespeito a seus direitos mais fundamentais tem potencialmente mais chances de replicar essa desconsideração.

c) Devido aos problemas de desigualdade social e urbanização precária, o tráfico de drogas se torna atraente para as crianças e os adolescentes.

Os especialistas apontam o tráfico de drogas como um problema particularmente complexo. Há inúmeras outras causas importantes de violência, muitas vezes mais relevantes do que o tráfico, que não contam com uma divulgação tão ampla (por exemplo, ao se desagregar os dados sobre homicídio em São Paulo, constatou-se que o tráfico de drogas não estava entre os principais motivos de mortes violentas). Os especialistas não querem com isso minimizar a influência do tráfico de drogas para o aumento da violência, mas enfatizar as causas subjacentes mais profundas que levam o tráfico de drogas a se tornar atraente para os jovens. As principais causas citadas são a

urbanização precária, a desigualdade social - ambas descritas acima - e a consequente deterioração das relações familiares. Tais problemas sociais fazem com que as crianças, jovens e adolescentes vejam no tráfico uma alternativa viável, mesmo quando não o consideram uma atividade particularmente desejável. Dessa forma, as crianças que foram negligenciadas ou que sofreram outros tipos de violência desde cedo (especialmente por parte de seus principais cuidadores) são muito mais vulneráveis à cooptação pelo tráfico, à prática (e reincidência) de atos criminosos e a se tornarem usuárias de drogas.

d) A falta de compromisso do poder público e a permissividade entre os servidores públicos resultam em instituições morosas e pouco eficientes.

Grande parte dos especialistas afirma ser necessário tratar os problemas logísticos do poder público brasileiro com mais atenção e profundidade. O principal problema é a ineficiência da organização do setor público, que não acompanha nem avalia de forma transparente seus funcionários e suas próprias ações. Esse quadro não apenas agrava mas também causa a epidemia de violência, aumentando a desconfiança do público em relação às ações governamentais e abrindo espaço para a resolução violenta de conflitos no âmbito privado. Especificamente em relação à violência contra a criança, observa-se um descaso com a primeira infância por parte das instituições governamentais, especialmente em ambientes desprotegidos, permitindo que crianças sejam constantemente vítimas de violências simbólicas, psicológicas e institucionais, colocando-as em situação de vulnerabilidade e tornando-as mais suscetíveis a sofrer ou cometer atos violentos.

e) A experiência histórica de violência no Brasil foi transmitida para algumas instituições públicas-chave, que ainda não foram bem transformadas.

A violência faz parte da história brasileira, ou seja, é um problema estrutural e antigo que contribuiu para o estabelecimento de instituições públicas violentas, pouco eficientes ou omissas. O principal exemplo é o da polícia brasileira, cujas ações e organização advêm de um passado de repressão que a torna mais um fator de produção e reprodução da violência. Os especialistas são sensíveis especialmente: a) à abordagem policial na rua, que corresponde a cerca de 80% do trabalho da polícia militar, cujo treinamento e diretrizes deveriam ser revistos para implementar uma abordagem não violenta que contribuísse para efetivamente encaminhar e solucionar a violência, em vez de constituir parte do problema; e b) à compartimentação de responsabilidade e à pouca colaboração entre a polícia investigativa e a polícia de rua, gerando ineficiência e impedindo a realização de uma abordagem pragmática, baseada em dados concretos, aos vários tipos de violência que assolam os diversos segmentos da população brasileira.

3. QUAIS SÃO OS EFEITOS DA VIOLÊNCIA?

a) A violência gera mais violência.

Relacionamentos violentos criam referências – como hábitos e emoções – que repercutem para além daqueles diretamente envolvidos com o ato em si. Isso ocorre tanto no âmbito individual – nas relações intersubjetivas – como no âmbito coletivo, ou seja, na maneira que diferentes grupos se relacionam. Assim, uma criança que convive com a violência de algum de seus familiares será necessariamente impactada por tal experiência, que pode se tornar “uma referência pra ela de caminho a ser seguido”, ainda que a criança não necessariamente venha a replicar esses modos agressivos de relacionamento em seus próprios relacionamentos.

Para os especialistas, portanto, os diferentes tipos de violência não são inatos, mas sim aprendidos, pois “são constituições sociais, relacionais, educacionais”. Dessa forma, referenciais violentos de relacionamentos familiares, de amizade, trabalhistas e entre desconhecidos, têm o potencial de se multiplicar no interior de uma mesma geração e de ser transmitidos de uma geração para outra, contribuindo para a disseminação do fenômeno.

b) O desenvolvimento integral (neurológico, socioemocional e cognitivo) da criança é prejudicado pela violência recorrente.

A operação saudável do cérebro e dos aspectos socioemocional e cognitivo do desenvolvimento infantil dependem do desenvolvimento de conexões entre os diferentes neurônios, de estímulos de qualidade e de relacionamentos estáveis e afetuosos. A violência desvia ou interrompe o desenvolvimento saudável dessas diferentes conexões, levando a circuitos sinápticos atrofiados ou problemáticos, a relacionamentos abusivos e à dificuldade de enfrentar situações novas e/ou diferentes no processo de aprendizagem. Como consequência, e na ausência de intervenções de qualidade para transformar esse padrão, a criança vítima de violência recorrente pode vir a sofrer problemas cognitivos, apresentar baixa autoestima e desenvolver padrões socioemocionais destrutivos, além de apresentar dificuldade em aproveitar as interações sociais capazes de potencializar seu aprendizado e fomentar sua boa saúde mental.

4. O QUE DEVE SER FEITO PARA DIMINUIR A VIOLÊNCIA?

Embora os especialistas cite um amplo espectro de causas para a violência no Brasil, incluindo a urbanização precária e a desigualdade econômica, eles enfocam principalmente soluções que abordam políticas públicas concretas, específicas e passíveis de serem alcançadas tanto em curto como em longo prazo.

Apresentamos abaixo as soluções apontadas pelos especialistas, classificando-as de acordo com as questões mencionadas com mais frequência.

a) São necessárias mais pesquisas para fornecer dados confiáveis para a elaboração e avaliação das políticas públicas.

Todos os pesquisadores entrevistados enfatizaram a necessidade de haver mais pesquisas para abordar a contento a cronicidade da violência no Brasil. Para alguns, é necessário realizar diagnósticos à maneira dos médicos, sendo o prognóstico feito a partir de uma avaliação inicial. Assim, seria possível formular políticas de prevenção mais precisas, baseadas em dados concretos advindos de pesquisas sobre as especificidades do modo de funcionamento da violência em cada região ou bairro. Os especialistas ressaltam que isso não implica necessariamente protelar os resultados, já que muitas ações podem ser implementadas de forma bastante pragmática e criativa (por exemplo, em curto prazo, seria possível detectar que os homicídios ocorrem predominantemente em determinados pontos da cidade, deslocando para lá parte do contingente policial).

Tais ações incluem tanto a pesquisa acadêmica como o monitoramento e avaliação da eficácia das políticas públicas já implementadas. Para os especialistas, se os programas e políticas públicas forem monitorados e avaliados de forma contínua, seus formuladores contarão com mais elementos para discernir aqueles que funcionam daqueles que são ineficientes, orientando também a continuação de programas ou políticas públicas de acordo com o melhor custo-benefício.

b) O enfoque na integração das diferentes políticas públicas trará melhores resultados.

Abaixo, alguns exemplos de como o esforço de integração pode ser implementado:

- Oferecer tratamento às pessoas em situação de violência e colocar as diferentes políticas públicas em rede, de modo a oferecer uma assistência integral às vítimas de violência e envolver o autor da violência na avaliação do seu próprio ato, principalmente quando se trata do principal cuidador da criança, com o objetivo último de que tal relação violenta possa ser transformada a contento.
- Transformar a maneira como a polícia está organizada: assim como a polícia investigativa deve informar e apoiar as ações da polícia de rua, esta deve informar e apoiar as investigações da primeira.
- Definir com maior clareza as responsabilidades municipais, estaduais e

federais, além de garantir que tais instâncias trabalhem bem em conjunto.

c) Programas que enfocam as crianças como sujeitos ativos podem melhorar o desenvolvimento delas.

Entre os exemplos de atividades, políticas públicas e programas que promovem o protagonismo infantil, estão:

- Oferecer atividades em que as crianças possam ser protagonistas de seu aprendizado, de forma a que se sintam valorizadas e rejeitem modos violentos de sociabilidade.
- Mudar a maneira como a criança vítima de violência é ouvida no judiciário (atualmente, ela deve passar por escuta especializada e não pode ser ouvida diretamente em uma audiência).
- Possibilitar a avaliação específica e detalhada de cada caso de violência contra a criança, inclusive procurando saber a posição do autor da violência.
- Realizar projetos que trabalhem a relação dialógica entre pais e filhos, junto a pais e mães com e sem histórico de violência, de modo a desenvolver e/ou melhorar as habilidades de parentagem associadas ao desenvolvimento de crianças mais saudáveis e à potencialização de seu aprendizado.
- Criar programas que ensinem as próprias crianças a solucionarem seus conflitos de forma não violenta.
- Desconstruir a percepção de que criança é propriedade dos pais e um objeto sem construção interna. Divulgar a visão da criança como portadora não apenas de direitos, mas como de sentimentos e pensamentos próprios.
- Garantir a existência de programas públicos de tratamento psicológico para todas as crianças que precisem e desejem realizá-lo, possibilitando também o encaminhamento de crianças com problemas de saúde mental.
- Pensar como as crianças pequenas se inserem no planejamento urbano, de modo a criar espaços especialmente construídos para promover o seu melhor desenvolvimento.
- Fornecer educação e apoio às crianças para as quais os pais transferem responsabilidade em excesso.

- Tratar a própria criança como um usuário de serviço público, abrindo espaço para que, além de seus pais ou cuidadores, ela própria seja ouvida e considerada.

d) Treinar e fornecer ferramentas àqueles que trabalham diretamente com crianças aumenta a probabilidade de que programas e políticas públicas sejam eficazes.

Os exemplos de ações que visam à melhoria da capacitação dos profissionais são:

- Melhorar a capacitação dos agentes operacionalizadores de políticas públicas voltadas para o combate à violência.
- Produzir oficinas e disseminar materiais e cursos que envolvam a prevenção do bullying e da violência nas escolas. Elaborar cartilhas com orientações claras e exemplos concretos de como professores e profissionais de educação escolar devem agir para desestimular a ocorrência de bullying e de situações em que crianças pequenas sejam violentas umas com as outras.
- Investir no treinamento dos policiais para que tenham clareza em como agir em casos de violência contra a criança.
- Capacitar professores e agentes de saúde a interferir em casos de crianças vítimas de violência física ou psicológica.

e) Programas e políticas públicas que enfoquem, acima de tudo, a prevenção da violência são cruciais.

Seguem abaixo alguns exemplos de programas e políticas públicas capazes de prevenir a violência:

- Promover a aceitação da pluralidade de configurações familiares e também a ideia de que uma família estruturada é aquela que preza pela educação emocional, as relações significativas, a dignidade, o cuidado e o afeto.
- Abrir um debate público sobre como a publicidade infantil deve ser regulamentada.
- Levar em conta os diferentes contextos culturais, considerando a especificidade dos conflitos e conseqüentemente elaborando um projeto mais eficaz de prevenção.

- Melhorar a infraestrutura das cidades, principalmente dos aglomerados urbanos recentes. Priorizar a iluminação pública, já que a falta dela parece propiciar ambientes desprotegidos para as crianças.
- Viabilizar a inserção profissional bem remunerada dos adolescentes que vivem em lugares menos favorecidos, a fim de minimizar a atração que o tráfico de drogas exerce entre as crianças e adolescentes.

Mensagens não-Traduzidas dos Especialistas sobre Violência e Desenvolvimento Infantil

O que é violência?

- A violência no Brasil é um problema grave, persistente e disseminado. Dada a sua provável subnotificação, tudo indica que a violência contra criança é provavelmente ainda pior do que os já alarmantes índices revelam.
- A violência contra a criança é tanto física como psicológica e simbólica. Ela é frequente em diferentes lugares: casa, escola e nos mais diferentes ambientes públicos, como no trânsito, organização urbana etc.

Por que a violência acontece?

- A criança não é considerada e ouvida como um sujeito pleno.
- A precarização das condições de vida nas grandes cidades e a desigualdade socioeconômica engendram modos agressivos de relacionamento e tornam atividades ilícitas ou criminosas (como o tráfico de drogas) atrativas para as crianças e jovens.
- A criança vítima de violência e negligência é mais vulnerável e é relativamente mais propensa a cometer atos criminosos ou ilícitos.
- Instituições morosas e pouco eficientes, principalmente as integrantes do sistema jurídico-criminal, não só agravam como também causam a violência no Brasil.

Quais são os efeitos da violência?

- Violência gera mais violência, isto é, referenciais violentos se repercutem para além das pessoas inicialmente envolvidas no ato de violência.
- A violência repetitiva perturba e ameaça todos os aspectos do desenvolvimento infantil (cognitivo, social e emocional).

O que pode ser feito para reduzir a violência?

- Incluir as crianças como sujeitos nas políticas e ações governamentais.
- Divulgar a ideia de que a violência pode ser prevenida através de políticas públicas bem formuladas e voltadas para a prevenção.
- Basear a formulação e monitoramento de políticas públicas de curto e longo prazo em pesquisas científicas.
- Na formulação de políticas públicas, priorizar a capacitação e supervisão dos agentes que trabalham diretamente com as crianças.
- Integrar programas, políticas públicas e agentes com o objetivo de gerar melhores resultados (por exemplo, a ação integrada e treinada de policiais, educadores, agentes de saúde e assistentes sociais).

RESULTADOS (B)

MODELOS CULTURAIS DO PÚBLICO BRASILEIRO

Esta seção explora como o público brasileiro pensa as diversas dimensões da violência e seus efeitos sobre o desenvolvimento infantil. Organizamos a exposição da análise das entrevistas segundo as mesmas quatro perguntas usadas para apresentar as mensagens dos especialistas: “O que é a violência?”, “Por que a violência ocorre?”, “Quais são os efeitos da violência?” e “O que deve ser feito para diminuir a violência?”.

Para cada uma dessas quatro questões, identificamos e detalhamos os modelos culturais - isto é, os pressupostos e tendências, muitas vezes implícitos, compartilhados - que estruturam o pensamento dos entrevistados sobre a violência e seus efeitos para o desenvolvimento infantil. Ao final de cada pergunta, ressaltamos também as decorrências de tais modelos e as recomendações práticas para aqueles que desejarem comunicar com mais eficácia as questões relativas à violência e ao desenvolvimento infantil.

O público brasileiro apresenta uma percepção ampla e detalhada do conjunto de causas e efeitos sociais e intersubjetivos da violência brasileira e, por isso, existem mais justaposições do que distanciamentos entre os entendimentos do público e dos especialistas. Porém, entre os distanciamentos, figura a ideia de que a prevenção da violência se daria pela aplicação de punições mais severas aos agressores, muitas vezes de natureza retaliativa, e pelo exercício de uma educação infantil autoritária, fazendo uso de correções físicas supostamente brandas (“palmada”) para garantir o bom desenvolvimento moral da criança. Dessa maneira, ainda que o público brasileiro seja sensível ao fato de que a violência desencadeia mais violência, tal percepção fica em segundo plano quando entram em cena os modelos culturais sobre a necessidade de punições mais severas.

1. O QUE É A VIOLÊNCIA?

Os entrevistados forneceram muitos detalhes sobre a violência no Brasil, versando com proficuidade sobre seus diferentes aspectos, níveis e tipos, contando inúmeras histórias e distinguindo diversas nuances. A maneira como os entrevistados discorrem sobre o tema é particularmente subjetiva, isto é, muito do que eles pensam sobre o assunto vem de sua convivência bastante próxima com a violência. Por isso, os padrões de resposta sobre o que é a violência variaram substancialmente e foram bem difusos, seja quando ponderaram sobre os exemplos mais visíveis - como homicídio, abuso sexual, pedofilia etc. -, seja quando abordam os tipos mais sutis de violência. Abaixo, apresentamos três modelos culturais importantes que guiam e condicionam a maneira como o público brasileiro pensa e discorre sobre os tipos mais sutis de violência.

A. Modelo Cultural: Negligência Micro e Macrossocial

Os entrevistados se mostraram bastante sensíveis à negligência como uma forma de violência. Eles apontaram como formas explícitas de negligência aquelas dos pais em relação a seus filhos e a praticada pela sociedade e governantes como um todo. Especialmente no âmbito do governo, os entrevistados descrevem uma situação de abandono e, portanto, de violência sistêmica, que veio a desencadear, entre outras coisas, a violência nas ruas durante os protestos de junho de 2013. A conexão entre a negligência familiar e a da sociedade não é elaborada em detalhes, porém ambas são mencionadas conjuntamente e igualmente enfatizadas, especialmente quando pedimos que os entrevistados dicorressem sobre os diferentes tipos de violência.

Entrevistado: Os pais que não cuidam dos filhos, que não dão atenção aos filhos, atenção devida que tem que ser dada, não deixa de ser uma violência. Muitas vezes até inconsciente, porque os pais tão querendo trabalhar pra gerar um fruto, um bem-estar melhor pros filhos, e acabam negligenciando na educação deles. Mas não deixa de ser uma violência também, porque a criança fica muito solta, a criança não tem limites, não tem parâmetros, elas fazem o que bem entendem. Isso aí também muda o caráter, a personalidade da criança. Eu acho que não deixa de ser uma violência também.

--

Entrevistado: E aí olha a violência dos nossos governantes, com as nossas crianças, quando não fornecem essa educação de qualidade. Entendeu? Quanto a gente tem não sei quantos bairros aí sem saneamento básico. Bairros que você paga água e só... A água cai na sua torneira de madrugada, tempo de você encher dois baldinho e já foi embora. Entendeu? E você tem que pagar todo mês. Enfim, essa questão da violência é...

B. Modelo Cultural: Má Convivência

Os entrevistados identificaram o preconceito, a discriminação e o bullying como tipos de violência comuns, extremamente graves e decorrentes de uma sociedade repleta de desigualdades, impunidade e injustiça. Sendo a boa convivência considerada um elemento essencial para a qualidade de vida, a má convivência – como o bullying e a discriminação – é identificada como um tipo de violência vinculada a outros tipos de violência, especialmente a problemas socioeconômicos e à discriminação etnoracial.

Entrevistado: A moral seria mais, aquilo sobre preconceito, né, porque isso eu acho que, do meu ponto de vista, abrange violência também. O preconceito, o racismo, o preconceito de raça, cor... Raça, cor, crença. Acho que tudo isso daí também abrange a violência moral, né, que seria uma pessoa destratar a outra por causa que ela tem menos dinheiro, porque a cor dela é de uma cor, ela é de outra, porque tem menos poder aquisitivo, acho que tudo isso daí abrange violência.

--

Entrevistador: Existem tipos diferentes de violência?

Entrevistado: Existe. Tipo assim, eu sofri muito preconceito na escola, então, muito bullying. E eu achava aquilo uma violência porque eu tive que fazer muita terapia, né, pra poder me assumir, pra poder ser eu.

C. Modelo Cultural: Palmada não é Violência

Apesar de demonstrar grande sensibilidade aos mais diversos tipos de violência, boa parte dos entrevistados não considerou que ‘dar uma palmada’ nas crianças seja uma forma de violência, desde que feito com “bom-senso”. Mesmo aqueles que se mostraram dispostos a identificar a palmada como uma violência a consideraram justificável, declarando ser uma forma útil de educar as crianças. Ou seja, os entrevistados se dividem em dois grupos: para o primeiro, a palmada (ou apenas a ameaça de correção física) é a maneira indicada para implementar uma relação de autoridade com os seus filhos; e para o segundo, ao contrário, a palmada não é uma prática ideal, mas configura-se como último recurso ou como a solução mais eficaz para lidar com o comportamento insistente das crianças. Portanto, para o primeiro grupo, a palmada é vista como uma atitude positiva, enquanto que para o segundo a palmada constitui um mecanismo a ser acionado diante da ausência de outras estratégias para lidar com os desafios de se educar uma criança.

Entrevistado: Que eu converso, agora eu converso com [minha filha], eu explico, mas chega uma hora que eu tenho que mostrar pra ela que eu sou mãe, que eu não sou parceira dela. Igual eu falei pra você. Esses dias eu precisei pegar a cinta, eu peguei a cinta. Entendeu? Igual eu falei pra ela, vira a sua bunda, que eu quero bater na bunda que é fofinha, não quero bater em nenhuma outra parte. Dei três cintada e pronto. Entendeu? Chega uma hora que você vai conversando, vai conversando, só que chega uma hora que você tem que mostrar quem é que manda.

--

Entrevistado: – Porque eu quero ver você pegar uma criança de 3 anos e falar bem assim: “não mexe. Não mexe. Não mexe”. Ou se não, ficar bem assim: “meu amor, não é pra mexer, tá? Benzinho da mãe, não é pra mexer”. A criança vai mexendo, com 2, 3 anos, eu quero saber se elas conseguiram educar só na... Entendeu, só na palavra.

DECORRÊNCIAS

- *O modelo cultural Negligência Micro e Macrossocial é promissor. O fato de o público brasileiro identificar, de imediato, dois tipos sutis de negligência como violência é extremamente positivo para a comunicação de programas*

e políticas públicas para a melhoria do desenvolvimento infantil no Brasil. Embora pesquisas anteriores tenham mostrado que o público brasileiro não necessariamente sabe detalhar *como* esses tipos de negligência afetam o desenvolvimento infantil⁹, a rápida associação da negligência à violência é um indício relevante de que o público será receptivo às comunicações sobre soluções para o problema no âmbito familiar e governamental. O modelo *Negligência Micro e Macrossocial* pode ser utilizado para complementar as principais mensagens sobre “o que dificulta o desenvolvimento na primeira infância”.

- *O modelo cultural Má Convivência pode facilitar a comunicação sobre o vínculo entre os desenvolvimentos cognitivo, emocional e social.* O público brasileiro reconhece formas sutis de violência que os especialistas consideram extremamente importantes. O mesmo alinhamento ocorre quando o público afirma que a má convivência pode atrapalhar o desenvolvimento intelectual da criança. Uma vez que os especialistas consideram crucial o vínculo entre o desenvolvimento socioemocional e o desenvolvimento intelectual¹⁰, o modelo *Má Convivência* pode ajudar a comunicar: a) *por que e por quais maneiras* essas formas de violência se tornam tão prejudiciais para o desenvolvimento intelectual e cerebral (cognitivo) das crianças; e b) *como* as interações saudáveis entre adultos e crianças podem potencializar não só o desenvolvimento emocional como também o desenvolvimento cognitivo das crianças.
- *O modelo cultural Palmada não é Violência dificulta enormemente os esforços de comunicação sobre as correções físicas.* Boa parte do público brasileiro não considera a palmada uma violência, ao contrário, considera uma correção necessária para a boa educação das crianças. Esse modo de raciocínio é extremamente problemático para a comunicação de ações como a Lei Menino Bernardo, e está também ligado a outro modelo desafiador analisado anteriormente, o *Autoridade Familiar*, em que se considera a família como a autoridade última em questões como estas¹¹. A combinação destes dois modelos configura um grande obstáculo a ser superado pelos esforços de comunicação.

2. POR QUE A VIOLÊNCIA OCORRE?

Ao pensar sobre as causas da violência, o público brasileiro se baseia tanto em modelos culturais sobre as questões macrossociais (desigualdade, urbanização precária), como as microssociais (família, abuso do álcool), descritos abaixo:

A. Modelo Cultural: Pais Despreparados

O público identifica a falta de preparo dos pais como uma das principais causas da

violência (tanto a violência física como a negligência). Essa falta de preparo é associada à insuficiente educação formal, à pouca idade (quando adolescentes se tornam pais), e à relação destes dois elementos com outros fatores estressantes, como a pressão no trabalho, a falta de dinheiro, a urbanização precária e a convivência com situações de violência extrafamiliares. Para o público, pais despreparados e incapazes de lidar com essas situações estressantes são mais propensos a serem violentos uns com os outros ou com seus filhos.

Entrevistado: Olha, assim, da minha, eu estudei em colégios que não era ruins, mas da minha classe assim, só eu e mais uma amiga que não tivemos filhos porque a gente é nova. Eu acho que envolve várias coisas, envolve o despreparo, principalmente, a questão que às vezes algumas, não todas, mas algumas culpam a criança, “ah, tá atrapalhando a minha vida”, e meio que com qualquer coisinha que a criança faça ou então pegue num momento que ela não seja muito bem por outro motivo, acaba sendo a criança o foco...

--

Entrevistado: Em casa, eu acho que é mais mesmo aquela questão de como você trata, nem todo mundo pede filho, “ah, eu quero ter um filho,” geralmente isso acontece com pessoas que têm uma situação de vida mais elevada, ela planeja ter um filho, não é o que acontece com quem tem a situação mais baixa. Mas quando você não se planeja e aconteceu e você tem um filho, você “não, eu tenho um filho, eu escolhi ter um filho e eu vou fazer o que eu posso por ele”, e nem todo mundo faz isso. Tem gente que, “ah, não posso comprar isso pro meu filho”, mas não deixa de tomar sua cervejinha no fim de semana, não deixa de querer levar uma vida como se não tivesse outra pessoa que dependesse dela...

B. Modelo Cultural: Álcool Aflora a Violência

Os entrevistados apontaram o álcool não exatamente como a causa, mas como um potencializador da violência, trazendo à superfície tendências ou ações que permaneceriam interiorizadas. Quando comparada a outras substâncias químicas, a bebida alcoólica foi a mais mencionada pelos entrevistados - muitos deles relataram suas próprias experiências familiares ruins envolvendo o álcool, o que indica que este é um importante propulsor de violência em situações familiares cotidianas que envolvem crianças.

Entrevistador: Você acha que nesse caso a bebida influencia o fato dele ser agressivo com as crianças? Influenciou?

Entrevistado: Muito! Ele era filho de alcoólatra. Ele já era filho de alcoólatra.

--

Entrevistado: Mas assim, o álcool, quando você bebe e você chega ao ponto de

you ficar bêbado ou mais alterado, you faz coisas que you não tem coragem de fazer quando you tá são. Isso daí já foi comprovado cientificamente. Abrange uma parte no teu cérebro que you não tem coragem de fazer uma coisa, se you tiver bêbado, alcoolizado, you vai fazer. Então isso daí que pode ser que causa isso. De repente ele é uma pessoa violenta, mas só é violento quando tá bêbado. Acontece caso de mulher que reclama assim “ah meu marido enche o caco, enche a cara de cachaça, chega e me bate”. E quando ele tá são? Não, outra pessoa.

C. Modelo Cultural: A Desigualdade Causa a Violência

Os entrevistados questionaram a causalidade direta entre pobreza e violência, oferecendo uma imagem mais complexa dessa relação. Em primeiro lugar, enfatiza-se a concepção de que os segmentos mais abastados da sociedade são também violentos, agindo como mandantes de crimes, exercendo e sendo beneficiados pela corrupção nas mais diversas instâncias, e também agindo com violência direta. Já nos segmentos menos favorecidos, os entrevistados consideraram que a violência em geral não tem a pobreza como causa principal, mas sim a desigualdade de renda e de oportunidades entre os diferentes estratos sociais, além da urbanização precária das cidades brasileiras e da falta de serviços públicos de qualidade (o policiamento é deficiente, o sistema legal é moroso, o transporte público caótico). Aliás, tais desigualdades são percebidas não apenas como causas da violência, mas como uma violência em si, tornando vulneráveis todas as pessoas direta ou indiretamente expostas a elas e surtindo efeitos perversos para a autoestima e para a segurança dos brasileiros.

Entrevistado: Então acho que essa questão da desigualdade no Brasil, o Brasil conviver com muita riqueza e muita pobreza traz também aí um caldeirão muito fértil pra muitos crimes. É isso. Em países às vezes muito pobres não são os países onde you vai ter mais violência dessa natureza que a gente tem aqui no Brasil, por exemplo.

--

Entrevistado: Eu acredito, no meu ponto de vista, pelo... Porque a periferia é onde mora as pessoas mais pobres. Devido à criação, pouco estudo. Entendeu? A pessoa não se... Não se preocupa em ter uma profissão, né, tem pouco estudo pra ter uma profissão, teve uma criação diferente né, como teve lá a classe média. Então aí acaba gerando uma violência, não sei o porquê te dizer, o porquê que que isso acontece.

D. Modelo Cultural: Urbanização Precária

Como sugerimos acima, os entrevistados enfatizam que a urbanização precária é uma causa importante da violência no Brasil. O aumento populacional aliado à falta de planejamento urbano gera problemas nos serviços públicos, no trânsito, produz

moradias precárias e contribui para o aumento da violência decorrente dessa precarização, já que as pessoas tendem a descontar suas frustrações e humilhações umas nas outras. Para o público, a urbanização precária deriva da desigualdade social nas cidades e, portanto, propicia um contexto favorável para o tráfico de drogas e a corrupção.

Entrevistado: A favela é muita concentração de pessoas e... É muito difícil pra polícia entrar. Por isso que tem que ter as políticas sociais pra entrar nesses lugares. Senão, não vai adiantar. Imagina, muita pessoa, como é que você vai investigar lá? Lá tem muita droga. Muita violência.

--

Entrevistado: Stress. Stress de ficar esperando horas e horas de atendimento. Stress de ficar jogado em corredor, muitas das vezes você tem que ficar sentado em cadeiras de rodas, então, assim, a saúde nos quatro cantos do Brasil tá péssima.

--

Entrevistador – Você acha que existe uma relação entre violência e pobreza?

Entrevistado – Existe.

Entrevistador – Como que funciona?

Entrevistado – Olha, no interior, não. Mas nos grandes centros urbanos, sim.

Note-se que, para o público, as favelas são a consequência da urbanização precária e da desigualdade, fatores que são também tidos como responsáveis por tornar o tráfico de drogas mais forte e mais violento nesses lugares. Considera-se que a ocupação territorial pelas facções criminosas impede o trânsito livre das pessoas nas ruas, exacerbando o medo e a desconfiança, e provocando efeitos perversos para a saúde mental dos envolvidos. O tráfico é percebido pelo público como uma prática violenta cujo âmbito de influência atinge particularmente os moradores das favelas, ultrapassando os limites de sua própria atividade para afetar pessoas que de outro modo não estariam em contato direto com sua violência.

Entrevistado: Violência em relação ao tráfico de droga, eu acredito que toda a comunidade é afetada. Uma criança, se ela for ensinada a fazer algo, provavelmente ela vai fazer. Não vai ter definido o que que é certo, o que é errado, ela vai entrar no centro da situação. Ela entrando provavelmente a família dela vai tá sendo afetada também.

--

Entrevistado: Eu não tenho nada contra favela, mas eu vivenciei isso, esses dias eu vi várias viaturas chegando e as crianças tudo solta olhando aquilo, elas já

tem isso em mente, que o ambiente que elas moram é de tráfico de drogas. Que a polícia tá ali, pra combater o tráfico, ela vai vendo aquilo ali, tá mexendo com o lúdico dela, pra ela mexer com aquilo ali vai ser pouco. As meninas vão ser, que não tem jeito, as meninas que são criadas vão ser mulher dos traficantes quando crescerem. Já são, com 10, 11, 12, já são. E se você criar seu filho homem dentro de uma favela, lógico que ele vai ver aquilo ali, lógico que ele vai tornar.

E. Modelo Cultural: Leis Permissivas

Boa parte dos entrevistados considera as leis brasileiras bastante permissivas. Para eles, quando capturados, os criminosos recebem penas muito brandas em relação ao crime cometido. Enfatiza-se com frequência que as precauções legais protegem o agressor, deixando muitas vezes as vítimas desamparadas, e que tal permissividade acaba acarretando em mais violência, já que não desmotiva o agressor a cometer um ato violento e nem a reincidi-lo. Como veremos abaixo, esse modelo se relaciona com um segundo modelo cultural sobre a necessidade de se ter punições mais severas para os criminosos. Ressalte-se que modelo Leis Permissivas é também acionado para as leis relacionadas aos menores infratores.

Entrevistado: Eu acho que é uma questão de não saber elaborar a lei, entendeu? Eu acho que a lei no Brasil é uma lei muito fraca. Ela protege muito o... Como é eu vou falar com você? O marginal.

--

Entrevistado: Por ser a lei também do Brasil é escassa demais, uma lei muito antiga, não tem pena de morte, que eu sou favor de pena de morte.

DECORRÊNCIAS

- *O modelo cultural Pais Despreparados tem decorrências mistas.* Por um lado, ele representa uma boa percepção da importância do bom preparo dos cuidadores para o futuro das crianças, o que permite o endosso a programas e políticas públicas de capacitação e apoio a pais e cuidadores em seus esforços por uma educação não violenta. Por outro lado, esse modelo pode levar o público a culpar os pais por terem, através de suas escolhas pessoais, se tornado despreparados, o que desvia o foco da necessidade de uma estrutura socioinstitucional capaz de oferecer apoio e proteção a pais e crianças numa escala mais ampla.
- *O modelo cultural Álcool Aflora a Violência representa uma porta de entrada para abordar violências mais difíceis de serem quantificar.* A violência doméstica entre marido e mulher ou contra a criança é uma das mais difíceis de computar, pois depende de que haja uma denúncia. É também uma das mais difíceis de

comunicar, pois ocorre nos ambientes onde se supõe que as pessoas estariam mais protegidas. A força do modelo *Álcool Aflora a Violência* indica que ele pode servir como porta de entrada para a comunicação para o público sobre a recorrência da violência doméstica e sobre políticas e programas de combate ao uso excessivo de álcool.

- *Ambos os modelos culturais A Desigualdade Causa a Violência e A Urbanização Precária podem ser empregados para comunicar as raízes do problema da violência e as ações mais eficazes para preveni-la.* Os comunicadores contarão com a anuência do público quando utilizarem estes dois modelos para abordar os problemas macrossociais causadores da violência no Brasil, incluindo a violência associada ao tráfico de drogas. Tais modelos também são produtivos para comunicar os aspectos macrossociais da negligência e omissão institucionais sofridas por parte das crianças brasileiras, assim como são importante aliados para comunicar a ideia de que as crianças de todos os segmentos da sociedade brasileira devem ter acesso a uma boa preparação para o futuro.
- *O modelo cultural Leis Permissivas pode desviar a atenção de outros modelos mais produtivos.* Embora a permissividade das leis seja considerada uma das causas da violência, tal modelo cultural não necessariamente entra em conflito com os modelos *Desigualdade Social Causa Violência* e *Urbanização Precária* que, como vimos, determinam como raízes da violência a desigualdade e a precarização urbana. No entanto, ele certamente contribui para que o público valorize soluções (leis mais severas) que desviam a atenção de atividades preventivas e da oferta de serviços de reabilitação para as pessoas que cometem crimes.

3. QUAL É O EFEITO DA VIOLÊNCIA?

O público brasileiro discorre sobre os efeitos da violência de forma bastante ampla, levando em conta os níveis individual e coletivo para cada modelo cultural. De forma complexa, os entrevistados elaboraram a circularidade entre os efeitos no âmbito social e individual, um influenciando o outro.

A. Modelo Cultural: Estado de Alerta

Para o público brasileiro, um dos efeitos mais notáveis da violência é um estado constante de alerta que, por sua vez, causa uma série de transtornos como doenças mentais (síndrome do pânico, paranoia), redução das oportunidades de lazer, de sociabilidade e até de convívio com vizinhos. Os consequentes déficits de sociabilidade e os relacionamentos sociais caracterizados pela desconfiança são tidos como um problema sério para adultos e crianças, pois, como descrevemos em pesquisas

anteriores¹², a sociabilidade é considerada pelo público brasileiro como sendo extremamente importante para o desenvolvimento na primeira infância e para o bem-estar de forma geral.

Entrevistado: Olha, pessoalmente e socialmente, na minha vida assim é muito particular, o efeito que tem em mim é o efeito assim de você viver 24 horas sob vigília assim.

--

Entrevistado: [Se a violência acabasse,] eu acho que as pessoas iam poder se divertir mais, iam poder sair mais, e diminuiria também eu acho que as doenças, principalmente essas doenças que são voltadas ao medo, que são geradas pelo medo.

B. Modelo Cultural: Efeito Dominó

É tido como certo pelo público que o principal efeito da violência é gerar mais violência, e para ilustrar tal percepção os entrevistados formularam uma série de relações causais bastante complexas. Dentre elas, destacam-se: a mãe pode ser violenta com os filhos por ser vítima de violência doméstica; o adulto violento, ou mesmo a criança violenta, provavelmente deve ter sofrido violência anteriormente, sendo este ato um reflexo da sua revolta; o marido agressor pode ser assim devido à ausência de serviços públicos de qualidade ou à pressão psicológica sofrida em seu trabalho (ou ainda, à falta deste).

Trata-se portanto de um “efeito dominó”, em que um ato de violência se irradia por entre diferentes ambientes, afetando pessoas ou grupos que não estavam diretamente envolvidos no ato inicial. Todavia, cabe observar que apesar de os entrevistados afirmarem a capacidade de disseminação da violência, eles também afirmam que a criança é mais atingida quando o ato violento é cometido diretamente pelos seus familiares ou cuidadores. Ou seja, tomando a criança como ponto focal, existem uma série de círculos concêntricos que a rodeiam – a família, a comunidade/vizinhança, a cidade, a sociedade, o governo – e, ainda que as situações de violência ocorridas em qualquer um desses círculos possam irradiar novos episódios de violência pelos demais, a ocorrência de violência direta no primeiro círculo - o da família - é tida como a mais prejudicial para a criança.

Ressalte-se, no entanto, que o público não afirma que tal efeito dominó da violência seja obrigatório. Não se tem como certo, por exemplo, que a violência dos pais contra os filhos necessariamente fará com que eles também venham a ser violentos. Para o público, cada pessoa reage à violência de forma diferente e, muitas vezes, em um sentido oposto ao esperado. Nessa visão, pessoas que sofreram violência na infância podem tanto se transformar em pessoas violentas como em adultos que abominam a violência em todas as suas formas.

Entrevistado: E é uma imagem, é um estereótipo, nem todos, não tem, não é todo mundo que é assim, mas a população, a maioria da população que é pobre, não tem essa educação, e automaticamente, é um efeito dominó. É ela que não tem educação, é ela que é a maior parte da população e é ela que mais pratica violência, entendeu?

--

Entrevistado - Então, eu acho que a responsabilidade é muito da pessoa também. Mas, porra, a pessoa ter uma certa cabeça, eu acho que ela teve também uma educação do pai e da mãe, que deu exemplo, então, daí tá um pouco a responsabilidade dos pais. Também daquela pessoa ser uma pessoa violenta e ruim, aí, porra, pros pais ter essa cabeça, educação, também tem muito um reflexo do governo, enfim, de todo o sistema que agiu, então, tem a responsabilidade do sistema. Aí, pra pessoa ser violenta, eu acho que tem um pouco de responsabilidade da sociedade também, que agiu, aí volta toda a psicologia do meio que vive, é uma outra linha. Eu acho que sim, o meio...

--

Entrevistado: Eu falei e repito: as nossas escolas não são preparadas pra dar educação pros nossos filhos. Nunca foram. Então essa violência já vem do governo e que já transmite pros pais dentro de casa.

C. Modelo Cultural: Crianças Fechadas

O público elabora especificamente a ideia de que as crianças que sofrem violência se “fecham” em si mesmas, afastando-se do convívio social e tornando-se “crianças escondidas dentro de uma bolha”, “fechadas numa concha”, “com bloqueio”, “reprimidas”, “oprimidas”, “isoladas”, “deprimidas”, “tolhidas” ou “retraídas”. Exatamente por se retrair, a criança deixa de ter tantas experiências - algo considerado pelo público como essencial para o bom desenvolvimento infantil, conforme demonstrado em nossas pesquisas anteriores¹³. Além disso, para os entrevistados, mesmo que a criança vítima de violência venha a ter novas experiências, ela não será capaz de assimilá-las com proveito, pois ela dispende seu tempo como que presa aos episódios de violência sofridos, não tendo concentração o suficiente e não conseguindo colocar “pra fora todo o potencial que ela tem”, o que prejudica especialmente o seu desenvolvimento social, emocional e intelectual. Para o público, portanto, a criança vítima de violência tem seu processo de desenvolvimento colocado em suspenso. Note-se que o público não afirma necessariamente que a criança vítima de violência não “amadureça”. Ao contrário, os entrevistados indicam que ela pode vir a amadurecer precocemente, perdendo a infância - um processo que não é considerado positivo por resultar em pessoas medrosas, fragilizadas, com alguma doença mental, egoístas, ou mais propensas a responder de forma agressiva à violência recebida (conforme o mecanismo do efeito dominó, descrito acima).

Entrevistador – E a longo prazo? Qual você acha a consequência da violência sobre a criança?

Entrevistado – A longo prazo, a criança se afasta da família.

Entrevistador – Se afasta? Isso se a violência ocorrer dentro de casa ou de qualquer jeito?

Entrevistado – De qualquer jeito.

Entrevistador - Por que que você acha que acontece esse afastamento?

Entrevistado – Medo, medo de conversar.

--

Entrevistado – [O bullying] melindra a criança, ela coloca a criança dentro dum ovo, a criança se tranca, ela fica muito fechada e, de repente, não coloca pra fora todo o potencial que ela tem. Às vezes, ela podia ser uma criança muito mais bem aproveitada e ela, com medo das coisas, de ser zombada, de mexerem com ela por qualquer motivo, por religião, por cor, ela se fecha pra ela ficar o mais escondida possível, se fazer menos presente possível. Então, isso aí faz com que a criança se feche, entre dentro numa concha, vamos dizer assim.

Entrevistador – Tem um efeito sobre a capacidade dela...?

Entrevistado – Intelectual dela, de se expor, de se colocar pro mundo. Às vezes é um grande artista, mas não desenvolve aquilo com medo que as pessoas vão falar, porque aí vão ver ela sobressaindo, vão vê-la e vão fazer alguma coisa contra ela. Então, eu acho que isso tolhe a criança, bota a criança pra dentro, que ela se fecha dentro dela mesma.

--

Entrevistador – Como que você acha que isso afeta a capacidade de aprendizagem da criança, a violência?

Entrevistado – No ponto que eu te falei da bolha, ela vai se prender de tal forma que ela vai criar um bloqueio na mente dela, tanto pra colocar pra fora o que ela tem de potencial, o potencial dela, como de absorver informação, de absorver coisas, aquilo ali pode criar um bloqueio pra ela.

D. Modelo Cultural: Violência Guardada é Pior

Para o público, existe uma fase em que os efeitos da violência sobre a criança são potencialmente mais graves, a saber, quando ela é grande o suficiente para se lembrar (a partir dos 2, 3 ou 4 anos de idade), mas não o suficiente para compreender o que está acontecendo, sendo portanto incapaz de externar seu problema.

Em relação aos bebês com menos de 2 anos, nossas pesquisas anteriores mostraram que o público brasileiro não reconhece a força do desenvolvimento cognitivo nessa faixa etária, principalmente porque o bebê não é capaz de se lembrar¹⁴. Tal dedução é aplicada também para os casos de violência psicológica sofrida pelos bebês. Como

consequência, parte dos entrevistados sugere que especialmente as agressões psicológicas nessa faixa etária não surtiriam efeitos graves, uma vez que não serão lembradas. Tal raciocínio não parece ser exatamente uma rejeição dos efeitos mórbidos da violência psicológica sofrida por crianças bem pequenas, mas reflete uma falta de conhecimento de como este processo ocorre, ou seja, o público não conhece os mecanismos pelos quais a violência psicológica sofrida por bebês pode afetar seu desenvolvimento socioafetivo e cognitivo. Já em relação às crianças maiores de 10 ou 12 anos, o público considera que elas podem entender e externar suas experiências negativas e, por isso, são comparativamente mais propensas a superá-las. Dessa forma, o período da infância que vai dos 2 ou 3 anos até 5 ou 6 anos é visto pelo público como particularmente crítico, já que as situações de violência permanecem internalizadas, sendo por isso potencialmente mais prejudiciais

Entrevistado: Quando a criança é mais nova, eu acho daquela faixa de que ela já entende, mas não entende muito o que tá acontecendo, entre os 4, 3, 10 anos, eu acho que nessa fase é pior, porque eu acho que gera uma série de até questões conturbadoras, de saber se aquilo é certo ou errado, por que que a pessoa tá fazendo aquilo com ela, eu acho que essa fase é a fase mais delicada, acho que a fase que a pessoa, que a criança tá se desenvolvendo mesmo.

--

Entrevistador: Você acha que a violência pode ter um efeito sobre esse tipo de aprendizado?

Entrevistado: - Ó, eu já não sei. Dessa área eu já não sei muito não. Mas eu acho que não. Eu acho, né.

Entrevistador: - Você acha que é uma coisa que vai acontecer...

Entrevistado: - Isso, mais depois pode acontecer alguma coisa. Mas, por esse tempo, não.

Entrevistador: - Tá. É...

Entrevistador: - Só se é a mãe batendo na criança, né. Tipo, a mãe sofre violência do pai, daí a mãe bate na criança. Ou o contrário, o pai bate na criança também. Pequeninha. A criança vai ficar uma criança reprimida. Vai ficar no canto dela, não vai querer conversar com as outras. Acho que é isso.

Entrevistado: - Aí você acha que uma violência física pode ter...

Entrevistador: - Acho. Psicológica nem tanto, eu acho. Só se... Mas a física, sim.

DECORRÊNCIAS

- *O modelo cultural Estado de Alerta pode ser usado para comunicar que a violência afeta a todos, e não somente as vítimas diretas. O público brasileiro já elabora a ideia de que os efeitos sociais da violência têm capacidade*

de se alastrar, gerando efeitos ainda mais problemáticos, como doenças relacionadas à saúde mental. Dessa forma, o modelo *Estado de Alerta* será útil para comunicar que esta situação pode ser revertida através da elaboração de políticas públicas baseadas em pesquisas mais amplas sobre a realidade local e que escutem os atores mais comumente afetados, inclusive e especialmente as próprias crianças, de modo a gerar soluções mais eficazes em curto e longo prazo. Este modelo também pode ser utilizado como exemplo de estresse tóxico que afeta o desenvolvimento cognitivo da criança¹⁵.

- *O modelo cultural Efeito Dominó é produtivo, mas deve ser melhor orientado.* Este modelo é produtivo porque estabelece uma relação entre o que ocorre dentro de uma geração, e de uma geração para outra, ou seja, reconhece que a violência contra a criança pode engendrar mais violência. Dessa forma, o entendimento do público sobre essa questão deve levá-lo a apoiar práticas, políticas e programas que visem a contenção da transmissão da violência. Porém, quando o modelo estabelece os círculos concêntricos de violência, os atos violentos praticados no interior da família são vistos como tendo o maior potencial de dano para a criança. Esta compreensão não é necessariamente ruim, já que reconhece a importância da convivência familiar não violenta para o desenvolvimento infantil. Entretanto, corre-se o risco de culpabilizar os pais por não terem sido fortes o suficiente para não se deixarem contaminar pela violência e estresse extrafamiliares, desviando o foco da necessidade de haver políticas públicas sistêmicas para reverter de forma mais ampla o quadro de violência no Brasil.
- *O modelo cultural Crianças Fechadas será bastante importante para comunicar os efeitos devastadores da violência para o desenvolvimento integral das crianças.* Nossa pesquisa anterior demonstrou que o público brasileiro não reconhece que as interações socioafetivas de qualidade potencializam o desenvolvimento intelectual¹⁶. Entretanto, o modelo cultural Crianças Fechadas permite ao público reconhecer que os efeitos socioemocionais da violência afetam negativamente o potencial de aprendizado intelectual das crianças. Esse entendimento pode facilitar a comunicação de que a redução da violência é crucial para melhorar o desenvolvimento cognitivo infantil, e também que as interações significativas, baseadas no diálogo e no protagonismo infantil, podem potencializar o aprendizado intelectual das crianças.
- *O modelo cultural Violência Guardada é Pior dificulta a comunicação das especificidades da primeiríssima infância (período de 0 a 3 anos).* Segundo os especialistas, durante o desenvolvimento do cérebro nos primeiros anos de vida, o estresse causado por qualquer tipo de violência, incluindo a negligência, pode prejudicar o desenvolvimento normal do cérebro dos bebês. Porém, boa

parte do público entende que a violência psicológica não afeta os bebês, o que pode potencialmente levá-lo a não priorizar o apoio a intervenções que focam a redução do estresse nessa faixa etária. Como veremos abaixo, o Instituto FrameWorks já desenvolveu e testou no Brasil um conjunto de ferramentas (metáforas) para comunicar os danos para o desenvolvimento cognitivo do estresse gerado pela violência¹⁷.

4. O QUE DEVE SER FEITO PARA DIMINUIR A VIOLÊNCIA?

O público oferece inúmeras sugestões para o combate à violência, enfatizando ora a aplicação de leis mais severas, ora a necessidade de transformação social, ou seja, defende de um lado a coerção e, de outro, a criação de contextos sociais mais inclusivos, em que também haja maior participação dos cidadãos.

A. Modelo Cultural: Melhoria dos Serviços Públicos

Como resposta aos modelos culturais tratando das causas macrossociais da violência, os entrevistados constataram enfaticamente que vários dos problemas verificados atualmente no Brasil seriam abrandados caso os serviços públicos fossem de melhor qualidade. Este modelo cultural foi aplicado de duas maneiras. Na primeira, educação de mais qualidade, transporte e capacitação profissional são fatores que manteriam os jovens e adultos motivados a construir seu futuro de forma positiva, afastando-os da atração exercida por atividades ilícitas. Na segunda, a melhoria da educação, saúde, transporte público e capacitação profissional reduziria a desigualdade social e alguns dos efeitos da precarização urbana - ou seja, elas abordariam portanto as raízes da violência, levando à ampla redução da violência. Todas essas melhorias também reduziriam as frustrações e humilhações, o que por sua vez diminuiriam o índice de violência doméstica, uma vez que esse tipo de violência é tido muitas vezes como uma das consequências dessas violências sistêmicas sofridas pelos pais (ou cuidadores) fora de casa.

Entrevistado: Violência nas ruas é procurando melhorar a educação, dando mais educação, mais oportunidade pra criança que nem agora o governo tá colocando mais cursos, cursos profissionalizantes, essas coisas aí que tem mais pros adolescentes. Que tem daí eu acho que vai melhorar. Com certeza isso daí vai diminuir a violência. Com certeza. Tenho certeza que isso daí vai diminuir a violência. O governo dando essa oportunidade pro jovem agora pra ele se tornar um adulto mais responsável. Eu acho que diminuiu. Uma taxa bastante significativa eu acredito.

--

Entrevistado: Um melhor sistema de saúde eu acho que traria melhoria para a população em si e menos revolta.

--

Entrevistado: Porque muitas das vezes um pai de família se torna uma pessoa... um pai de família se torna um traficante, por que? Por quê? Ele não acha serviço que dê condição dele cuidar da família dele. E vender droga dá dinheiro. Ganha dinheiro rápido.

B. Modelo Cultural: Responsabilidade dos Cidadãos Ativos

Ainda que o público atribua grande parte das causas da violência no Brasil à omissão do governo, ele também menciona em menor grau que o problema poderia ter um melhor encaminhamento se houvesse maior participação popular em diferentes espaços sociais, como na política, na cobrança dos direitos universais do cidadão, no encaminhamento de crianças com problemas, entre outros. Considera-se que, para abordar um problema tão recorrente como a violência, é preciso sanar a negligência das próprias pessoas em seus diferentes papéis, seja como cidadãos, pais, familiares, vizinhos, professores, funcionários públicos, empresários etc. Ainda que o público não dê mais detalhes de como tal participação possa ocorrer, ou de qual seria a melhor maneira de incentivá-la, tal modelo confere importância tanto aos ambientes familiares como aos comunitários, onde se idealiza o cidadão ativo como sendo mãe, pai, tio, tia, vizinhos e funcionários públicos, todos precisando entender seu papel como cidadãos responsáveis.

Entrevistado: Acho que de todos que participam do cotidiano dessa criança. Pais, professores, avós, tios, família. Eu acho que todos são responsáveis por isso, porque a partir do momento que você identifica um desvio, um comportamento diferente da criança, eu acho que isso já tem que ser... Ainda mais se esse comportamento for rotineiro, né, for frequente, eu creio que ele... eu acho que é do dever de todos tentar consertar isso pra que no futuro essa criança não continue com esse comportamento que possa trazer danos pra ele e pra própria sociedade.

--

Entrevistado: Olha, essa coisa da atribuição principal, lógico que o governo, ele tem que dar um norte, ele tem que criar políticas assim... Mas eu acho que falta muito às pessoas é participação, ou seja, o brasileiro acha que tudo é responsabilidade do governo. “Eu não tenho que fazer nada, eu tenho que só cobrar que o governo faça”. Então eu acho que é um problema do brasileiro mesmo, o brasileiro sempre foi assim. Então o governo tem a sua parcela de culpa em praticamente tudo, mas a gente também é muito omissa. No momento que a gente só cobra e a gente também não participa.

C. Modelo Cultural: Sistema Judicial Mais Efetivo

Para alguns entrevistados, a questão da violência seria bastante amenizada caso o sistema judicial fosse mais eficaz e transparente. Foram mencionados diversos elementos: uma aplicação mais ágil das leis existentes, uma abordagem mais severa da corrupção e da omissão dos agentes públicos, o melhoramento das penitenciárias, o monitoramento, capacitação e melhoria das condições de trabalho dos policiais, e por fim, uma melhor distribuição do contingente policial entre os diferentes espaços urbanos. Como parte dessa afirmação, os entrevistados observam que muitas vezes existem conflitos entre diferentes agentes ou órgãos públicos – como entre governantes e policiais – que também precisam ser resolvidos para garantir a aplicação das leis. Nesse modelo cultural específico, não se constata a inexistência de leis apropriadas, mas a falta de vontade ou capacidade do poder público de aplicá-las.

Entrevistado: Minha visão é: ação legal. Agir na lei, prender a pessoa, ela ter um julgamento rápido, porque a justiça também é super lenta, não sei se questão se falta profissional ou não falta, não sei, mas o cara ficar 3, 4, 5 anos na cadeia esperando por um julgamento. E pagar pelo que fez e pronto.

--

Entrevistado: Então, eu acho que é questão de policiamento. Eu acho que aqui no Rio tem até bastante, só que eles são bem concentrados onde eles querem que fique concentrados. Se você vai no final de semana na praia, é cada esquina, cada quadra que você anda, às vezes até menos, tem uma cabinezinha lá da PM e você vê em outros lugares, meu bairro, meu bairro tem um batalhão, mas policial quase não se vê, entendeu?

--

Entrevistado: É, sabendo os policiais que há lá dentro, pode diminuir sim, mas tem certos policiais que eu acho que não deveria tá na corporação. Tem corruptos na área. Às vezes invés de banir a violência, ele vai ajudar mais ainda na violência. Aí vê uma... Tipo na rua, uma pessoa passando, não falando, mas um negro, pronto. Passou na rua, ele às vezes não manda você ficar quieto, nem nada, já vai batendo, apontando a arma. Têm certos policiais que agem certo, mas outros que...

D. Modelo Cultural: Punições mais Severas para Contenção ou como Retaliação

Para muitos entrevistados, a violência seria amenizada se as leis existentes fossem reformuladas, tornando as penas maiores ou mais rígidas, e reduzindo os mecanismos legais que o agressor atualmente tem para abrandá-las. Dessa forma, não só as punições mais severas são aprovadas como o procedimento mais indicado para conter a reincidência criminal como elas são consideradas a maneira correta de ação. Este modelo cultural surge como resposta aos problemas identificados no modelo

Leis Permissivas e está relacionado à experiência de extrema proximidade que os entrevistados demonstram ter com a violência. É justamente por conta da sensação de insegurança que o público busca soluções drásticas de curto prazo. Ressalte-se, contudo, que o presente modelo é acionado mesmo entre aqueles que consideram a violência uma decorrência dos graves problemas sociais brasileiros, o que os leva a também defender a necessidade de políticas públicas direcionadas às raízes sociais do fenômeno, e não apenas de punições mais severas.

Entrevistado: Acho que deveria ter uma lei mais severa, aplicar uma lei mais severa, que eu acredito que metade disso daí já seria resolvido. Digamos, se você mata 100 pessoas hoje, acho que com uma lei... 40 morreria né. Imagine, melhoraria 60, 70 por cento. Se tivesse uma lei mais rígida né, como se tem nos EUA, na China, no Japão. Pena de morte lá existe, não tem idade, de 12 a 100 anos. Né? Se tem 12 anos, 10 anos, aplicou um crime... E aqui tem muito devido a essa lei que nós temos né, só a maioria maior de 18 anos, então o menor vai lá, rouba, mata e fica impune. Né? Então acho que o Brasil teria que ter uma lei. Se tivesse uma lei mais rígida, eu acredito que a violência, ela ia cair muito, muito. Significativo mesmo, 70%.

--

Entrevistado – Não, eu sou contra a pena de morte, porque eu acho que a gente não tem o direito de tirar a vida de ninguém, eu acho que não nos foi dado esse direito. Mas eu acho que essas pessoas, vamos supor, que te fazem crimes muito graves, vamos supor, assassinato. O cara é assassino mesmo, sabe que o cara é assassino, esse cara tinha ter que pena, prisão perpétua, sem direito a nada, não tem direito à visita, não tem direito... Tem direito ao banho de sol, que é uma coisa pra saúde, tem direito àquela comida dele, ele vai ter que trabalhar pra pagar aquela comida, de uma forma ou de outra, e ele vai viver preso o resto da vida. O cara que estuprou, vai tomar uma injeção lá que o cara vai ficar brocha pro resto da vida, vai ter uma consequência aquilo ali e vai ficar preso porque fez aquilo, ou até se pode voltar pra sociedade, mas já eliminado pra não fazer isso de novo.

E. Modelo Cultural: Tratamento Psicológico para Reabilitação

Ainda que seja forte a concepção de que os agressores devam ser tratados com mais rigidez, também é comum a ideia de que pessoas violentas devem receber tratamento psicológico como uma forma de diminuir reincidências futuras. Esse modelo é acionado especialmente quando os entrevistados se referem a crianças e adultos que sofreram algum tipo de abuso na infância, ou que tiveram alguma experiência direta ou indireta com o abuso do álcool e outras substâncias químicas.

Entrevistador – Você acha que devia haver um programa específico assim, vários programas né, pra lidar com a violência nas favelas? Com o objetivo de diminuir a violência, você acha que devia haver uma atenção específica pra esses lugares?

Entrevistado – Tem sim, tinha que ser. Tinha que ter. Pra quem quer, pra quem quer que isso mude, tem que ser mais, bem mais reforçado. Essa atenção né, pra esses lugares, essas pessoas violenta. Às vezes é um trauma, às vezes nem é a pessoa, sei lá, ouviu falar que é o diabo, sei lá. Mas não, às vezes nem é a pessoa que quer ser violenta, é o trauma que ela teve, ou tá tendo, que faz ela ser violenta na hora. Acho que isso aí muito ajudaria né. Pra quem quer, pra quem é esforçado pra mudar sua história, acho que ajudaria bastante né, na hora.

--

Entrevistado: Eu acho que as pessoas que tenham uma consciência, um nível maior do que o bullying pode ocasionar ou o assédio moral, devia falar pra pessoa... Pro agressor. E falar pro agredido também “olha, não acredite nisso. Você não é assim. Você é capaz, você é...”

DECORRÊNCIAS

- *O modelo cultural Melhoria dos Serviços Públicos é produtivo, porém vago.* O público brasileiro apoia enfaticamente a melhoria de serviços públicos como uma solução para as questões relacionadas à violência, bem como para favorecer o desenvolvimento na primeira infância¹⁸. Tal modelo cultural é uma solução apontada também pelos especialistas. Entretanto, será preciso esclarecer, detalhar e trazer para o primeiro plano os detalhes e os mecanismos de ação pelos quais a melhoria dos sistemas de educação e saúde pode diminuir a violência contra a criança e melhorar o desenvolvimento na primeira infância.
- *O modelo cultural Responsabilidade dos Cidadãos Ativos é potencialmente problemático, pois pode remeter à ideia de soluções individuais.* Não é problemático o fato de o público pensar que todos os cidadãos são responsáveis por melhorar a sociedade, que todos devem contribuir para reduzir a violência e tomar atitudes quando uma criança é vitimada. Porém, o modelo cultural *Responsabilidade dos Cidadãos Ativos* também pode se restringir à defesa da responsabilidade exclusiva dos indivíduos, lamentando que os cidadãos brasileiros permaneçam inertes à espera de soluções advindas do poder público. Nesse sentido, o modelo se torna contraprodutivo quando relega a segundo plano o apoio a programas e políticas governamentais capazes de gerar efeitos mais abrangentes.

- *O modelo cultural Sistema Judicial Mais Efetivo é produtivo, mas deve ser abordado a contento para não levar a uma visão fatalista.* Os problemas da polícia, dos julgamentos, da morosidade do sistema judicial e das prisões parecem ser intransponíveis devido à sua reconhecida gravidade, o que pode levar a uma visão fatalista. Dessa forma, ao comunicar as soluções para o sistema penal, deve-se optar por mencionar políticas específicas e concretas, tornando as soluções almejadas claramente visíveis.
- *O modelo cultural Punições mais Severas para Contenção ou como Retaliação deve ser evitado.* Embora o público argumente que punições mais severas poderiam desmotivar o agressor, estas são frequentemente pensadas como retaliação. É notável que muitos entrevistados mencionaram ações extremas, algumas cruéis, como prisão perpétua, pena de morte, castração, paralisação do agressor, entre outras. Tal modelo impede que as causas sistêmicas do crime sejam consideradas e valorizadas, pois enfatiza a ideia contraprodutiva de que existem pessoas más que devem ser rigidamente punidas.
- *O modelo cultural Tratamento Psicológico para Reabilitação é produtivo.* Ao ativar esse modelo para pensar sobre soluções para a violência, o público considera os fatores contextuais que podem levar uma pessoa a cometer um crime, sem presumir que ela seja inerentemente má. Esse modelo também aciona o modelo *Efeito Dominó*, que considera que muitos agressores teriam sofrido algum tipo de violência no passado, o que leva a uma maior ênfase em segurança e reabilitação, em vez de retaliação.

MAPEAMENTO DOS DISTANCIAMENTOS E JUSTAPOSIÇÕES

Nas seções anteriores, (1) registramos a maneira como os especialistas explicam a violência; e (2) identificamos a maneira como o público brasileiro entende essa mesma questão.

Nesta seção, comparamos e mapeamos esses entendimentos de modo a revelar seus distanciamentos e justaposições.

DISTANCIAMENTOS

Abaixo, descrevemos os distanciamentos entre as principais mensagens dos especialistas e os modelos culturais do público. Em seguida, apresentamos as justaposições estratégicas e algumas recomendações preliminares baseadas na presente análise.

1. **Causas: O Descaso Social e Institucional versus Pais Despreparados:** Os especialistas argumentam que o elevado índice de violência contra a criança ocorre devido ao descaso social e institucional com a qualidade de vida infantil. Essa indiferença resulta tanto na falta de políticas públicas para orientação e capacitação dos pais (antecipação dos problemas e desafios mais comuns e proposta de alternativas para lidar com eles), quanto na proliferação de ambientes desprotegidos para a criança, tais como escolas, hospitais e ruas. O público reconhece o problema, mas enfatiza que esse tipo de violência ocorre, acima de tudo, devido ao despreparo dos pais, que são violentos dentro de casa e/ou que deixam de educar os filhos, e não menciona soluções específicas e pragmáticas para que tais dificuldades sejam superadas.
2. **Palmada: Tipo de Violência versus Não é Violência:** Os especialistas enfatizam que a opinião corrente de que a educação infantil é mais efetiva se conduzida com correções físicas representa um obstáculo para construir uma sociedade que prescindia do recurso à violência para a resolução de problemas cotidianos. A maior parte dos entrevistados não reconhece a palmada como violência ou a considera uma violência justificável e eficaz para lidar com comportamentos difíceis, além de uma boa ferramenta para implementar a autoridade dos adultos como forma de garantir uma boa educação às crianças. Os especialistas apontam que tais concepções do público se baseiam na visão de que a criança não é um sujeito pleno. Tal entendimento acaba por facilitar a transmissão intrafamiliar e/ou entre gerações da incorporação de modos agressivos de relacionamento para solucionar conflitos.

3. **Percepção da Violência: Pesquisa versus Convivência:** Os especialistas se baseiam em análises qualitativas e quantitativas para descrever e averiguar as causas e consequências dos tipos de violência no Brasil, examinando de forma complexa seus altos índices, a perversidade de seus efeitos e as medidas com maior possibilidade de provocar transformações duradouras. O público brasileiro, por sua vez, parte de sua convivência cotidiana com os diferentes tipos de violência para elaborar um discurso também complexo sobre o fenômeno, com inúmeros detalhes e uma abordagem ampla de suas causas e consequências. Porém, a narrativa do público deriva de décadas de convivência em ambientes sociais violentos e é marcada pelo sentimento de revolta e pela desilusão quanto à reversão do fenômeno, gerando desconfiança em relação à efetividade das ações públicas, bem como à real vontade política de implementar transformações. Essa configuração dificulta a valorização de uma demanda constante por objetividade e pragmatismo na reformulação de políticas públicas, o que, segundo os especialistas, é fundamental para superar os desafios apresentados em cada região.
4. **Soluções: Prevenção versus Prevenção e Punição.** Os especialistas elencam inúmeros programas que poderiam prevenir a violência: mais pesquisas para formulação de políticas públicas sob medida, avaliação do custo-benefício de tais políticas para aprimorar sua eficiência, integração dos órgãos responsáveis por implementá-las, capacitação daqueles que trabalham diretamente com crianças, campanhas e atividades que considerem a criança como sujeito pleno, programas para trabalhar com a família, entre outros. Ainda que de forma mais vaga, o público também pensa em soluções preventivas, como a melhoria dos serviços públicos e a redução da desigualdade; no entanto, ele é enfático em afirmar que punições mais severas preveniriam potenciais agressões, optando muitas vezes pelas soluções imediatistas e de caráter retaliativo.
5. **Soluções: Específicas versus Vagas.** Os especialistas enumeram diversas práticas e políticas públicas para combater os efeitos da violência e/ou para capacitar adultos que convivem com crianças em diferentes ambientes a promoverem um desenvolvimento saudável e respeitoso. O público também aborda a importância da participação de diferentes atores sociais na transformação do atual quadro de violência, mas o faz de forma bastante vaga e idealizada, ou seja, não entra em detalhes sobre como a “melhoria de serviços públicos” poderia específica e pragmaticamente reduzir os índices de violência. Inexiste portanto uma demanda de políticas e ações específicas para que tais melhorias ocorram.
6. **O efeito da violência psicológica em bebês: Prejudicial versus Esse não é o Período mais Importante.** Os especialistas enfatizam a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento do cérebro e os efeitos potencialmente prejudiciais dos diferentes tipos de violência – agressão física, psicológica e negligência. O público, por sua vez, entende que a violência psicológica não surte

efeitos tão significativos durante os dois primeiros anos de vida, uma vez que as agressões não serão lembradas pelos bebês. Tal visão deriva do desconhecimento de parte do público acerca do conhecimento científico sobre o intenso desenvolvimento do cérebro durante a primeira infância.

JUSTAPOSIÇÕES

Concomitantemente a tais distanciamentos, há também uma série de justaposições entre as mensagens dos especialistas e o entendimento do público. Tais áreas de intersecção podem ser utilizadas para trazer o conhecimento científico para o debate público acerca da violência, tornando-o mais acessível e, dessa forma, fornecendo mais elementos para que o público possa tomar decisões informadas sobre essas questões.

1. **O cenário é assustador.** Para os especialistas e para o público, a violência no Brasil é um fenômeno extremamente grave e disseminado. Ambos concordam que o cenário é preocupante: os especialistas o caracterizam como epidêmico, e o público se diz em constante estado de vigília.
2. **Vários tipos de violência no Brasil são mantidos invisíveis.** Tanto o público quanto os especialistas argumentam que a violência se expressa em formas que podem ser mais visíveis ou menos visíveis. As menos visíveis são identificadas como sendo a negligência (institucional e intrafamiliar), o abuso de poder e a má convivência, especialmente em relação ao preconceito e à discriminação. De acordo com essa visão, há a suspeita de que as formas menos visíveis de violência possam ocorrer com mais frequência e, portanto, teriam efeitos mais nocivos e duradouros.
3. **A relação entre violência e pobreza é complexa.** Para os especialistas e para o público, a relação de causalidade entre violência e pobreza é bastante complexa. Essa complexidade envolve, principalmente, a falta de acesso a serviços básicos de qualidade e a falta de oportunidades reais para alguns segmentos da população construírem uma vida mais satisfatória e recompensadora, tanto individual como socialmente. Para ambos, a desigualdade social – que é tanto causa como consequência de um processo de urbanização precário – gera situações violentas, e não apenas a pobreza em si.
4. **Diante dos problemas de desigualdade social e urbanização precária, o tráfico de drogas se torna atraente para crianças e adolescentes.** O público e os especialistas argumentam que a falta de oportunidades de educação e profissionalização de qualidade, e a pressão pelo consumo de bens sentida pelos jovens, criam vácuos institucionais que vêm a ser preenchidos pelo tráfico de drogas. Assim, os jovens convivem de forma muito próxima com o tráfico, especialmente em aglomerados marcados pela urbanização precária, e acabam por incluí-lo como possibilidade relacional e profissional.

5. **A violência gera mais violência.** Tanto o público como os especialistas descrevem a violência como um fenômeno circular, cuja presença maciça tem o potencial de provocar a sua disseminação para além do ambiente social onde foi iniciada; ou seja, a violência no contexto familiar está atrelada à presença de agressividade na vizinhança que, por sua vez, está ligada ao comportamento da sociedade de maneira geral, sendo este um processo de mão dupla. Isso também significa que a responsabilidade pelo combate à violência deveria ser igualmente disseminada.
6. **O desenvolvimento da criança é prejudicado pela violência recorrente.** A despeito da falta de conhecimento sobre o desenvolvimento neurológico da criança, o público enfatiza, assim como os especialistas, que as experiências violentas podem impedir o bom desenvolvimento intelectual das crianças. Segundo o público, as experiências violentas podem tornar a criança menos sociável – ela se “fecha” e fica mais desconfiada – e/ou prejudicar de diversas maneiras o seu potencial de aprendizado.
7. **Mudanças institucionais são importantes.** Público e especialistas argumentam que uma sociedade menos violenta precisa de um sistema administrativo eficaz que garanta a transparência política e o controle de qualidade das ações institucionais, incluindo uma melhor capacitação dos agentes públicos que atuam nos mais diferentes setores. O mesmo se aplica ao sistema judiciário, que carece de programas que o tornem mais eficiente.

CONCLUSÕES E ORIENTAÇÕES

A presente pesquisa revelou um conjunto complexo de modelos culturais utilizados pelos brasileiros para pensar as questões relacionadas à violência e à infância. Alguns desses modelos culturais contêm entendimentos que dificultam a tradução do conhecimento científico, tal como *A Palmada não é Violência*. Outros atrapalham a compreensão do público sobre as causas da violência, como é o caso do modelo cultural Pais Despreparados. Outros enfatizam soluções pouco produtivas, como aquelas encontradas no modelo *Punições mais Severas para Contenção ou como Retaliação*. Todavia, a pesquisa também mostrou que existem modelos culturais consistentes com as mensagens dos especialistas que, se ativados e bem direcionados, podem aumentar a receptividade de conceitos fundamentais. Por exemplo, as ideias contidas no modelo *Crianças Fechadas* representam uma ótima oportunidade para reforçar e aprofundar as mensagens sobre a importância dos relacionamentos para o bom desenvolvimento infantil e, portanto, para a diminuição da violência no contexto social mais amplo.

O fato de modelos culturais problemáticos coexistirem com modelos culturais produtivos sugere duas estratégias de comunicação. A primeira consiste em empregar reformulações que *desloquem* os modelos pouco produtivos para o segundo plano, enquanto *traz* para o primeiro plano os pontos de vista mais produtivos, que poderão então ser utilizados para promover soluções e políticas públicas alinhadas com as mensagens dos especialistas. Para tanto, o Instituto FrameWorks propõe as seguintes orientações:

É Recomendado:

1. Empregar o modelo *Negligência Micro e Macrossocial* para comunicar o perigo contido nas formas mais sutis de violência.
2. Usar o modelo cultural *Má Convivência* para explicar como os relacionamentos problemáticos podem afetar não só as habilidades socioemocionais, mas também as cognitivas.
3. Usar o modelo *Pais Despreparados* para abordar a importância de se garantir políticas públicas que apoiem a parentagem.
4. Utilizar os modelos *A Desigualdade Causa a Violência* e *A Urbanização Precária* para comunicar as raízes da violência e as ações mais eficazes para preveni-la.
5. Empregar o modelo *Efeito Dominó* para transmitir a urgência de se garantir políticas públicas que ajudem a reduzir a incidência de violência contra crianças.
6. Usar o modelo *Crianças Fechadas* para enfatizar os efeitos nefastos da violência no

desenvolvimento infantil.

7. Utilizar o modelo *Melhoria dos Serviços Públicos*, desde que em conjunto com exemplos de ações específicas, para colocar em primeiro plano os mecanismos de funcionamento de tais serviços.
8. Empregar o modelo *Sistema Judicial Mais Efetivo*, oferecendo exemplos de políticas públicas práticas e realistas, de forma a não transmitir um sentimento de impotência.
9. Trazer o modelo *Tratamento Psicológico para Reabilitação* para o primeiro plano.

Evitar:

1. Restringir-se a debates sobre se a palmada é ou não uma boa alternativa. Em vez disso, buscar enfatizar os fatores positivos contidos no bom relacionamento entre as crianças e seus pais (ou adultos de modo geral).
2. Empregar o modelo *Pais Despreparados* colocando a culpa na conduta específica de determinados pais.
3. O modelo cultural *Leis Permissivas*, pois ele pode desviar a atenção de outros modelos que abordam aspectos estruturais mais críticos.
4. O modelo cultural *Responsabilidade dos Cidadãos Ativos*, que pode desviar o foco de soluções coletivas.
5. O modelo *Punições mais Severas para Contenção ou como Retaliação*, pois em vez de acionar uma perspectiva de prevenção ou de segurança pública, ele ativa a ideia de que é necessário um tratamento mais duro para com os agressores.

A segunda estratégia de comunicação, decorrente deste relatório e de trabalhos anteriores realizados para o presente projeto, consiste em empregar ferramentas de comunicação cujos resultados nos testes que realizamos provaram-nas efetivas para a promoção do apoio a políticas públicas que combatam a violência e seus efeitos para o desenvolvimento infantil. Mais especificamente, o Instituto FrameWorks desenvolveu e testou dois tipos de ferramentas - valores e metáforas explanatórias - para a comunicação do conhecimento científico sobre a primeira infância, sendo que várias delas se provaram úteis também para comunicar sobre os efeitos da violência para o desenvolvimento infantil. Conforme já mencionado, tais ferramentas não só enriquecem o debate público sobre tal questão como também fornecem meios concretos e acessíveis para a comunicação de novas informações que estimulem o apoio a políticas públicas baseadas em conhecimento científico.

Abaixo, apresentamos um resumo das ferramentas mais relevantes para o presente relatório (observe-se que no relatório intitulado “*Valores e Metáforas: para a Comunicação do Conhecimento Científico sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância no Brasil*”, elaborado pelos pesquisadores do Instituto FrameWorks, há uma abordagem ampla de tais instrumentos, incluindo recomendações sobre as melhores maneiras de utilizá-los).

1. *Preparação para o Futuro*: em um teste empírico, realizado com 2.400 brasileiros, a utilização do valor *Preparação para o Futuro* aumentou significativamente o apoio a uma série de políticas públicas relacionadas à prevenção da violência. Assim, recomendamos utilizá-lo para mostrar ao público por que é importante priorizar políticas públicas de prevenção da violência contra crianças.
2. *Canoa da Aprendizagem*: recomendamos o emprego da metáfora *Canoa da Aprendizagem* para transmitir a importância do relacionamento entre adultos e crianças para potencializar a aprendizagem destas. Essa metáfora explica como adultos podem oferecer um equilíbrio entre orientação e autonomia, abrindo caminho para a transmissão da ideia de que é igualmente importante proporcionar atividades adequadas para a idade da criança e garantir espaço para que ela experimente, erre e encontre os seus próprios modos de agir. A metáfora *Canoa da Aprendizagem* também se mostra útil na comunicação da importância de se estabelecer um relacionamento adulto-criança baseado no diálogo, desestimulando o recurso a palmadas ou outras punições físicas, além de esclarecer como a negligência dos adultos pode prejudicar a potencialização da aprendizagem das crianças.
3. *Bate-Bola*: a metáfora *Bate-Bola* deve ser aplicada para comunicar a importância das interações entre adultos e bebês ou crianças bem pequenas. Esta metáfora também pode ser utilizada para explicar o perigo representado pela negligência para o desenvolvimento cognitivo-cerebral dessa faixa etária.
4. *Cordas de Aprendizado*: esta metáfora pode ser empregada para comunicar a integralidade do desenvolvimento, isto é, como as habilidades sociais, emocionais e cognitivas estão estreitamente interligadas. A metáfora também oferece uma explanação clara e impactante de como uma criança vítima de violência pode vir a ter seu desenvolvimento social e intelectual dificultado.
5. *Três Formas de Estresse*: deve-se utilizar esta metáfora para comunicar a reação físico-corporal vivenciada pela criança ao ser exposta a situações constantes de estresse tóxico, tais como a violência e a negligência. A metáfora ajuda também a esclarecer os mecanismos pelos quais problemas relacionados à violência (violência urbana, negligência em creches, violência psicológica etc.) deixam marcas no próprio corpo dos bebês e das crianças que, caso não sejam tratadas, podem persistir até a vida adulta.

6. *Arquitetura do Cérebro*: recomendamos o uso desta metáfora na comunicação da importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento do cérebro. Quando empregada em conjunto com as metáforas *Bate-Bola* e *Três Formas de Estresse*, ela se torna uma importante ferramenta para explicar ou reforçar para o público brasileiro como a violência psicológica afeta os bebês.

Estas duas estratégias de comunicação podem ser utilizadas em conjunto ou separadamente, dependendo dos objetivos específicos de comunicação pretendidos. O mesmo se aplica às ferramentas descritas acima (metáforas), que podem ser combinadas ou selecionadas de acordo com a mensagem a ser transmitida. Justamente por evitarem os modelos culturais problemáticos, ambas as estratégias diminuirão os distanciamentos entre público e especialistas, facilitando o trabalho daqueles que desejam promover o apoio e a adoção de políticas públicas e programas que visem a redução dos índices de violência e seus efeitos sobre o desenvolvimento infantil

APÊNDICE

MAIS ACERCA DAS ENTREVISTAS SOBRE OS MODELOS CULTURAIS

As primeiras perguntas feitas nas entrevistas sobre os modelos culturais são propositadamente abertas, de forma a não tomar nada como dado. Depois das perguntas iniciais, nós solicitamos que os entrevistados aprofundem pouco a pouco as suas ideias, oferecendo inúmeras oportunidades para que eles as reformulem, mudem de ideia ou confirmem suas primeiras impressões. Esse padrão de questionamento leva a conversas necessariamente longas, que intencionalmente fogem da questão original, permitindo que os entrevistados estabeleçam suas próprias conexões e levantem assuntos escolhidos por eles mesmos, implícita ou explicitamente. Assim, em vez de formular um questionário com as supostas conexões que os entrevistados estabeleceriam, a equipe do Frameworks os encoraja a definir seus conceitos mais corriqueiros e espontâneos, fazendo uso de sua experiência pessoal.

Ao estimular os entrevistados a discorrer longamente sobre um mesmo assunto e, em seguida, abordar esse mesmo assunto sob um ângulo ligeiramente diferente, a entrevista avança no sentido de um grau de detalhamento cada vez maior, de forma que os conceitos inicialmente amplos e vagos (e em geral implícitos) sejam pouco a pouco trazidos para o primeiro plano e esmiuçados.

SOBRE O INSTITUTO FRAMEWORKS:

O Instituto FrameWorks é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1999 com o objetivo de desenvolver pesquisas e práticas de comunicação baseadas no conhecimento científico. O Instituto elabora pesquisas originais com uma metodologia diversificada para identificar estratégias de comunicação que visam estimular a compreensão do público sobre os problemas sociais e aumentar o apoio do público às políticas que buscam solucioná-los. O trabalho do Instituto também inclui a capacitação de profissionais do terceiro setor, orientando-os a implementar estratégias de comunicação baseadas em pesquisa científicas, e ajudando-os em seus esforços para a mudança social. O Instituto publica as suas pesquisas e recomendações, assim como disponibiliza ferramentas de comunicação e outros dispositivos para o terceiro setor, no site www.frameworksinstitute.org

Todos os direitos reservados. É vetada a reprodução, por qualquer meio mecânico, eletrônico, xerográfico etc. sem a permissão prévia por escrito do Instituto FrameWorks, de parte ou da totalidade do conteúdo deste impresso. Favor utilizar as normas da ABNT para citações, com o Instituto FrameWorks como editora. Baran, M. Sauma, J. & Siqueira, P. (2014). *País Despreparados, Punições mais Severas e o Efeito Dominó: Distanciamentos e sobreposições entre público e especialistas brasileiros quanto à violência e seus efeitos sobre o desenvolvimento infantil.*

Washington, DC: FrameWorks Institute.

© Instituto FrameWorks 2014

¹ Esse primeiro relatório se intitula *Lembrar, Espelhar e Experimentar: Distanciamentos e sobreposições entre público e especialistas brasileiros sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância* e pode ser acessado no link <http://frameworksinstitute.org/pubs/mtg/earlychildhoodbrazil/index.html>.

² FrameWorks Institute, "Framing Early Child Development Message Brief" (2009). Washington, DC: FrameWorks Institute.

³ Tais conceitos foram retirados do artigo recentemente publicado pelo Instituto FrameWorks na *Science Communication*. Lindland, E., & Kendall-Taylor, N. (2012). Sensical translations: Three case studies in applied cognitive communication. *Annals of Anthropological Practice* 36, 45-67.

⁴ Goffman, E. (1967). *Interaction ritual: Essays in face-to-face behavior*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.

⁵ Quinn, N. (2005). *Finding culture in talk: A collection of methods* (p. 3). New York, NY: Palgrave Macmillan.

⁶ Quinn, N. (2005). *Finding culture in talk: A collection of methods* (p. 3). New York, NY: Palgrave Macmillan.

⁷ Goffman, E. (1967). *Interaction ritual: Essays in face-to-face behavior*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.

⁸ Baran, M., Sauma, J. & Siqueira, P. (2014) *Lembrar, Espelhar e Experimentar: Distanciamentos e sobreposições entre público e especialistas brasileiros sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância*. Washington, DC: FrameWorks Institute.

⁹ Baran, M., Sauma, J. & Siqueira, P. (2014) *Lembrar, Espelhar e Experimentar: Distanciamentos e sobreposições entre público e especialistas brasileiros sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância*. Washington, DC: FrameWorks Institute.

¹⁰ Baran, M., Sauma, J. & Siqueira, P. (2014) *Lembrar, Espelhar e Experimentar: Distanciamentos e sobreposições entre público e especialistas brasileiros sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância*. Washington, DC: FrameWorks Institute.

¹¹ Baran, M., Sauma, J. & Siqueira, P. (2014) *Lembrar, Espelhar e Experimentar: Distanciamentos e sobreposições entre público e especialistas brasileiros sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância*. Washington, DC: FrameWorks Institute.

¹² Baran, M., Sauma, J. & Siqueira, P. (2014) *Lembrar, Espelhar e Experimentar: Distanciamentos e sobreposições entre público e especialistas brasileiros sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância*. Washington, DC: FrameWorks Institute.

¹³ Baran, M., Sauma, J. & Siqueira, P. (2014) *Lembrar, Espelhar e Experimentar: Distanciamentos e sobreposições entre público e especialistas brasileiros sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância*. Washington, DC: FrameWorks Institute.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Para mais informação sobre estresse tóxico, favor consultar o seguinte relatório: Baran, M. Sauma, J. & Siqueira, P. (2014) *Valores e Metáforas: para a comunicação do conhecimento científico sobre o desenvolvimento na primeira infância no Brasil*. Washington, DC: FrameWorks Institute.

¹⁶ Baran, M., Sauma, J. & Siqueira, P. (2014) *Lembrar, Espelhar e Experimentar: Distanciamentos e sobreposições entre público e especialistas brasileiros sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância*. Washington, DC: FrameWorks Institute.

¹⁷ Conforme o seguinte relatório: Baran, M. Sauma, J. & Siqueira, P. (2014) *Valores e Metáforas: para a comunicação do conhecimento científico sobre o desenvolvimento na primeira infância no Brasil*. Washington, DC: FrameWorks Institute.

¹⁸ Ibid.